



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2122/15	DATA: 20/10/2015	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 14h36min	TÉRMINO: 17h54min	PÁGINAS: 77
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
MIGUEL JORGE - Ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.			
SUMÁRIO			
Tomada de depoimento.			
OBSERVAÇÕES			
Há palavras ou expressões ininteligíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Boa tarde a todos. Invocando a proteção divina e em nome do povo brasileiro declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 17ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 15 de outubro. Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Dispensada a leitura da ata, atendendo ao pedido do Deputado Betinho Gomes.

Dou como lido os expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Iniciaremos agora a audiência pública para tomada de depoimento do Sr. Miguel Jorge, ex-Ministro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior — MDIC, em atenção ao Requerimento nº 54/2015, de autoria do Deputado Carlos Melles.

Informo que o depoente falará na qualidade de testemunha.

Já está sentado à mesa o Sr. Miguel Jorge. Informo que V.Sa. prestará depoimento na qualidade de testemunha, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto de que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre si as penas relativas ao falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Miguel Jorge, para que possa fazer o seu termo de compromisso, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MIGUEL JORGE - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa. Passo a palavra, neste momento, ao Relator, Deputado José Rocha, para que possa fazer os seus questionamentos ao convocado desta tarde.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, o depoente não vai falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço desculpas a V.Exas.

Passo a palavra ao Sr. Miguel Jorge, para que possa fazer a sua explanação inicial pelo tempo de 5 minutos.

O SR. MIGUEL JORGE - Sr. Presidente, eu vou pedir que me conceda um pouquinho mais de tempo. Eu preparei 10 minutos. Muito obrigado. Sr. Presidente, Marcos Rotta, Sr. Relator, José Rocha, Sr. Vice-Presidente — não está —, Srs. Deputados, membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES, boa tarde. Agradeço a possibilidade de fazer uma breve apresentação sobre minha participação como Presidente do Conselho de Administração do BNDES, como Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de março de 2007 a dezembro de 2010. Em seguida, ficarei à disposição para os esclarecimentos que V.Exas. julgarem necessários. Dentre as principais atribuições legais do Conselho de Administração do Banco está de aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação da instituição. Além disso, examina os relatórios anuais de auditoria informações sobre o resultado das ações do Banco e as demonstrações financeiras da instituição. O Conselho de Administração é formado por dez membros nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 3 anos, dentre eles seu presidente. Compõe ainda o Conselho um membro eleito diretamente pelos funcionários e o Presidente do BNDES. Ao Conselho de Administração estão ligados o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria. Na parte operacional do Banco, os principais comitês de governança para assegurar as eleições colegiadas são a diretorias, aos quais se subordinam o Comitê Diretor de Gestão de Riscos, os Comitês de Planejamento, de Orçamento, de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais, Comitê Gerencial e de Assuntos Financeiros. O apoio financeiro do BNDES é fundamental para o desenvolvimento do País. Entre as suas principais atuações está financiar a indústria e a infraestrutura para projetos de investimentos, para máquinas e equipamentos, para inovação e para exportação e inserção internacional. O Banco atua ainda na concessão de capital de giro e



microcrédito e na inclusão social e produtiva, apoiando, por exemplo, a Cooperativa de Catadores de Produtos Recicláveis. Outra importante ferramenta do Banco é o Cartão BNDES, fundamental para as pequenas e médias empresas. É um cartão de crédito pelo qual pequenos e médios empresários se financiam de maneira imediata e sem burocracia. Hoje já são 695 mil, 700 mil cartões concedidos. Apenas como exemplo, milhares de padarias espalhadas pelo Brasil operam com o Cartão BNDES. O banco foi fundamental para que o País enfrentasse a forte crise financeira internacional de 2008 e 2009, que poderia ter tido consequências devastadoras para a economia brasileira. O Programa de Sustentação do Investimento — PSI —, lançado pelo banco como resposta à crise, permitiu que o setor de bens de capital, entre eles, os de máquinas e equipamentos e de caminhões e ônibus, tivesse uma recuperação extraordinária, mantendo milhares de empregos nas fábricas. Em todos os casos de financiamento de menor valor ou de grande obra de infraestrutura, o processo de concessão desses financiamentos se baseia na impessoalidade e na segregação completa entre as várias áreas de análise dos projetos de empresas, de instituições públicas e de organizações não governamentais. Há uma segregação formal entre a área de crédito, que define o risco de crédito da operação, e a área de planejamento, que define os critérios mínimos da qualidade do projeto. A impessoalidade e as decisões por colegiados tornam seguras as operações aprovadas pelo banco. O BNDES emite relatório de classificação de risco de diferentes modelos, entre eles, corporativos de instituições financeiras internacionais e *project finance*. Para avaliar os riscos de crédito, o banco usa metodologia própria, como todas as instituições financeiras privadas. Uma equipe de quase 100 funcionários prepara análises financeiras em seus aspectos quantitativos, qualitativos, e faz uma cuidadosa análise cadastral. Não há banco de desenvolvimento mais transparente do que o BNDES. Nos últimos anos, o *site* do banco ampliou o processo de transparência de suas atividades com dados sobre o financiamento no Brasil, com os beneficiários, taxas, valores, prazos, garantias, etc. Em 2015, passou a oferecer dados sobre o financiamento à exportação e obras no exterior. Numa comparação, por exemplo, entre o BNDES e os bancos de desenvolvimento de outros países, como Alemanha, Japão, Canadá, Espanha e México, ele é o único que preenche todas as seguintes condições:



relatórios anuais *on-line*, portal de transparência com requisição de informações, estatísticas declaradas *on-line* e identificação do cliente. O BNDES está sujeito à supervisão e fiscalização do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, entre outros órgãos de controle. É o principal financiador de longo prazo no Brasil, pois o sistema financeiro privado não financia grandes obras de infraestrutura por sua longa maturação, retorno lento e pelos altos juros que cobraria, o que afasta os tomadores. Nos últimos anos, o banco tem feito um grande esforço para impulsionar o financiamento privado, trazendo firmas e investidores para o mercado de capitais, por exemplo, impulsionando os fundos de capital de risco e fazendo ofertas públicas para vender as suas ações. É importante ressaltar que o banco desembolsa recursos em reais no Brasil para os exportadores brasileiros referentes à venda de bens e de serviços no exterior pelos exportadores brasileiros. Isso gera emprego e renda no Brasil. Além disso, as operações de exportações de bens ou de serviços de engenharia geram receita em dólares para o Brasil também com geração de emprego e renda. Em concorrências internacionais, é muito comum conseguir o financiamento, ou melhor, é muito comum ser oferecido financiamento na venda de bens e serviços de maior valor agregado. Há vários casos no Brasil de projetos financiados por agências estrangeiras com a condição de que a compra de equipamentos fosse feita no país financiador. Entre 1998 e o primeiro trimestre deste ano, o banco desembolsou quase 40 bilhões de dólares para financiar nossas exportações, dos quais 70% foram para bens de capital e 30% para serviços de engenharia. Por destino, a maior parte dos financiamentos ou 43% foram para exportações para os Estados Unidos. Uma boa parte dessas exportações são aviões da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER. É importante ressaltar que, como acontece com os demais países desenvolvidos, a política de comércio exterior não pode prescindir de financiamento à exportação. Tentei registrar brevemente os pontos fundamentais da atuação do BNDES. Uma informação muito relevante, já transmitida a esta Comissão pelo Presidente do Banco, Luciano Coutinho, é que o BNDES não se subordina ao Ministro de Desenvolvimento, que geralmente é o Presidente do Conselho de Administração do banco. O Conselho não tem qualquer função operacional na instituição, definindo apenas as diretrizes



estratégicas de sua atuação. Preciso ressaltar ainda que nunca recebi qualquer pressão de qualquer esfera de Poder — Legislativo, Judiciário, Executivo — para pressionar ou influenciar o BNDES para concessão de empréstimos ou de financiamentos. Se essa pressão tivesse ocorrido, seria repelida *incontinênti*. No cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, eu me reuni com centenas de empresas e com dezenas de associações empresariais e sindicatos de trabalhadores. Nunca, em nenhum momento, interfeiri ou tentei interfeirir em qualquer projeto de financiamento que estivesse sob avaliação ou análise do banco. Sempre, como Ministro do Desenvolvimento, viajei, liderei missões comerciais e promovi as empresas e a qualidade dos produtos brasileiros, sem distinção. Durante minha vida profissional, que já supera os 50 anos de atividade — comecei ainda como repórter, em 1963 —, ocupei cargos dos quais me orgulho profundamente, entre eles, especialmente, o de Diretor de Redação de *O Estado de São Paulo*, durante 10 anos, de 1977 a 1987. Também fui Vice-Presidente da Autolatina, *joint venture* da Volkswagen e Ford no Brasil, e, depois, Vice-Presidente de RH e Assuntos Legais e Corporativos da Volkswagen, após a separação das duas empresas. Nessas duas funções, trabalhei durante 15 anos na indústria automobilística no ABC. Tive a honra de ter sido um dos principais responsáveis pela instalação da fábrica de caminhões da Volkswagen do Brasil, em Resende, no Estado do Rio, e da fábrica de automóveis da mesma empresa em São José dos Pinhais, no Paraná. No início de 2001, após a compra do BANESPA, Banco do Estado de São Paulo, pelo banco Santander, assumi a Vice-Presidência de Recursos Humanos de Assuntos Legais e Corporativos da instituição. Afastei-me, em março de 2007, para assumir o honroso cargo de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Foi meu único cargo público. Orgulho-me de havê-lo ocupado com honradez e honestidade, e de haver contribuído para o desenvolvimento econômico do País, com o apoio e profissionalismo dos servidores do MDIC, das agências ligadas ao Mistério, e do BNDES. Orgulho-me ainda do diálogo com as associações e sindicatos, partidos e organizações, entidades e empresas que sempre foram recebidos, sem distinção, por mim e pela equipe que me acompanhou. Hoje atuo em uma consultoria especializada na regulação do comércio internacional, principalmente nas áreas de processo de *dumping*,



antidumping, salvaguardas comerciais, ex-tarifário, *drawback* e outros. Esse é o meu relato, Srs. Deputados, e permaneço à disposição de V.Exas. Finalmente, gostaria de agradecer, mais uma vez, a possibilidade de apresentar este esclarecimento a esta Comissão de Inquérito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós que agradecemos a presença de V.Sa. E não tenho dúvida alguma de que, pela experiência que tem, pelo conhecimento de mercado que tem, pelo conhecimento das ações públicas, sobretudo referentes ao serviço público prestado neste País, de que V.Exa. haverá de contribuir bastante para os esclarecimentos das Sras. e dos Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão.

Ouvido o Sr. Miguel Jorge, que foi Presidente do MDIC no período de 29 de março de 2007 a 31 de Dezembro de 2010, ouviremos agora S.Exa., o Relator, a quem passo a palavra para os seus questionamentos iniciais.

Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Marcos Rotta; Sr. Miguel Jorge, ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC; Sras. e Srs. Parlamentares, nós acabamos de ouvir a exposição feita pelo ex-Ministro, e passo agora, aqui, às minhas perguntas, Sr. Ministro.

E a primeira, faço-a no sentido de que V.Sa. foi Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de 2007 e 2010. Considerando que o BNDES financia exportações há décadas pergunto-lhe se, em sua gestão à frente do MDIC, havia preocupação quanto ao sigilo dessas operações de crédito. Caso a Lei de Acesso à Informação já estivesse em vigor, à época, V.Sa. classificaria as operações de financiamento à exportação do BNDES como secretas? Sob qual fundamento? Por outras palavras, o que justifica a imposição de sigilo sobre as políticas e operações do BNDES e suas subsidiárias?

O BNDES poderia exigir, como requisito para a concessão de apoio financeiro, a obrigatoriedade de transparência de todo o processo de concessão de crédito?

O senhor é amigo pessoal do Presidente Lula? Como vocês se conheceram? O que motivou a sua indicação para Ministro do MDIC? Fazia parte da atuação de Lula realizar *lobby* junto ao BNDES? Como se dava o seu trabalho? O senhor



realizou *lobby* para a Odebrecht? Qual era o seu relacionamento com os Srs. Marcelo Odebrecht e Alexandrino Alencar?

Nos termos do Estatuto do BNDES, aprovado pelo Decreto 4.418, de 2002, compete ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indicar seis dos doze membros do Conselho de Administração da instituição financeira, e dois dos três membros efetivos do seu Conselho Fiscal. Quais são os critérios seguidos pelo MDIC para orientar tais indicações? Durante a sua gestão no MDIC, quais foram as nomeações efetuadas e quais os fundamentos adotados para a escolha dos nomeados?

V.Sa. foi Presidente do Conselho de Administração do BNDESPAR de agosto de 2007 até o final 2010, conforme registro das atas de reuniões. Não se observa, pelos registros das atas, que o Conselho deliberasse sobre participação societária em empresas ou mesmo estabelecesse diretrizes de prioridades nas participações. A decisão de participar ou rejeitar uma proposta de participação ficava exclusivamente a cargo da Diretoria Executiva? O Conselho tinha conhecimento dos procedimentos e critérios de escolha dessa participação? O Conselho homologava decisões da diretoria referentes à sua participação societária em empresas, e em que nível de alçada?

Ainda sobre o seu período no Conselho do BNDESPAR, V.Sa. poderia comentar brevemente as políticas de investimento e desinvestimento do banco? Quais são os elementos e critérios que orientam a aquisição de valores imobiliários e sua negociação?

E, por fim, perguntaria a V.Sa. o que acha, ainda, da função do BNDESPAR, se ainda há a necessidade de o banco se associar a empresas para continuar esse fomento de alavancagem de desenvolvimento, ou chegou o momento de o BNDESPAR liquidar a sua participação em empresas e deixar que o mercado privado possa ser o mercado em que as empresas busquem os seus recursos e investimentos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator.



Como são muitos questionamentos, eu ia pedir a V.Sa. para que fosse bem sucinto e bem direto, porque nós temos vários outros Parlamentares que gostariam também de fazer questionamentos a V.Sa.

O SR. MIGUEL JORGE - Pois não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Sr. Miguel Jorge, para que possa responder aos questionamentos feitos pelo Relator.

O SR. MIGUEL JORGE - Quanto à questão do sigilo, no tempo em que eu estava no BNDES não houve sigilo, não houve nada secreto. Eu trabalhei em banco, fui Vice-Presidente de um banco; há algumas informações que devem, sim, ser protegidas, que são as de sigilo bancário. Por exemplo: uma estratégia de mercado de uma empresa ou o cadastro que o banco faz de uma empresa devem ser mantidos. Essa discussão permaneceu durante muito tempo, até que STF pacificou a questão em relação às informações que o TCU deveria receber do BNDES. Se poderia exigir transparência, eu acho que nós devemos exigir a maior transparência possível, e só não devemos ir além da transparência quando há um prejuízo para as empresas que estejam envolvidas no processo de financiamento. O senhor é amigo pessoal...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A que prejuízos o senhor se refere?

O SR. MIGUEL JORGE - Há prejuízo, por exemplo, se ela tem uma estratégia de mercado, vai lançar um produto novo, um produto absolutamente inovador. Se nós colocarmos isso num *site* do BNDES, toda a concorrência da empresa terá conhecimento disso, e ela será prejudicada. E ela não terá mais um produto, apesar de ser uma empresa que gastou muito em pesquisa e desenvolvimento para inovar, pois se terá distribuído aquele produto para as outras empresas. É um detalhe, parece, mas é um detalhe importante, Deputado. Se eu sou amigo pessoal do Presidente Lula; não, não sou amigo pessoal. Eu conheço há 40 anos o Presidente Lula. E eu o conhecia, quando eu ainda era repórter, ou melhor, como Diretor de Redação de *O Estado São Paulo*, nas primeiras greves do ABC, em 1978, 1979, quando ele foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Ele foi preso na época. O sindicato foi desmobilizado, estávamos ainda vivendo sob o regime militar. Fizemos algumas entrevistas, na época, com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e, depois, nós nos encontramos ao longo do tempo e muito mais frequentemente



quando eu assumi o cargo de Vice-Presidente de Recursos Humanos da Volkswagen, ocasião em que nós brigamos muito, pois estávamos em lados diferentes: ele, defendendo os trabalhadores; eu, defendendo uma empresa. Mas sempre chegamos a resultados comuns, juntamente com a direção da empresa e a direção do sindicato. Sempre houve muito respeito entre nós. O que motivou a indicação? Eu imagino que tenha sido isso, pois, apesar de diferenças grandes em relação a como deveria ser a discussão sindical, sempre houve um respeito mútuo e grande também entre o Presidente e eu. Se eu conheço a atuação do Presidente Lula fazendo *lobby* para Odebrecht, não conheço; realmente, não conheço. Se eu conheço o Marcelo Odebrecht e o Alexandrino; eu conheço os dois. Não tenho relações de amizade com nenhum dos dois, mas conheço os dois. Entre os seis — dos doze membros — dois são indicados pelo MDIC. Eu procurei no tempo porque, quando eu assumi o MDIC, a maioria dos membros — que tem mandato durante um período, são 3 anos — já estavam nomeados. Eu nomeei, para o lugar de Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São, Paulo Skaf. Também nomeei um representante da Força Sindical, porque havia um representante da CUT e eu achava que deveria ter um equilíbrio na representação laboral no conselho. Quais os critérios do MDIC? Deputado, o senhor poderia me ajudar a refrescar a memória. Eu só anotei essa parte da pergunta. Não para...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quais eram os critérios para a escolha?

O SR. MIGUEL JORGE - A escolha do...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sim. Quais os critérios para a escolha dos membros?

O SR. MIGUEL JORGE - Bom. O que eu informei é mais ou menos a definição do critério: eu considerava, por exemplo, que deveria ter no conselho um representante da iniciativa privada. Havia um representante da FIERJ, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Eu resolvi nomear, para o lugar dele, quando terminou o mandato, um Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que é o Estado mais industrializado do Brasil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas qual era o critério nas indicações?

O SR. MIGUEL JORGE - Nas indicações...



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quem era que indicava para o senhor?

O SR. MIGUEL JORGE - Seis são indicados pelo Presidente da República; um é eleito pelos funcionários do banco; um é o Presidente do banco, que é Vice-Presidente do Conselho; e dois são indicados pelo Ministro. A esses dois é que eu me referia, Deputado. Ficou claro?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sim.

O SR. MIGUEL JORGE - Bem, quanto ao BNDESPAR, entre 2007 e 2010 — sobre a participação societária e se isso fica só a cargo da diretoria —, posso dizer que o Conselho de Administração do BNDESPAR é feito exatamente aos moldes do Conselho de Administração do BNDES. Ele não tem qualquer ingerência nas operações do BNDESPAR, como não tem o Conselho em relação ao BNDES. Pode-se até discutir uma questão como essa, se o Conselho de Administração deve ficar só apenas vendo o global, e não aprova, ou não toma conhecimento das operações. Mas é assim que funciona há muitos anos, tanto o Conselho do BNDES, quanto o Conselho do BNDESPAR. Se eu tinha conhecimento dessa participação; não. Nas reuniões do Conselho, muitas vezes, o Presidente do BNDES trazia a informação de participação especialmente em empresas de *startup*, empresas que estavam começando na área de inovação, de alta tecnologia, porque havia uma preocupação do banco em fazer com que essas empresas florescessem no Brasil. E é muito difícil, senão impossível — ao contrário do que ocorre em alguns países, especialmente nos Estados Unidos —, que empresas de tecnologia, principalmente formada por jovens — é o que a gente fala da garagem, onde foi criado o Google, onde foi criada a Apple —, florescessem no Brasil, porque não há menor possibilidade de se conseguir financiamento no mercado para esse tipo de empresa nascente, digamos assim. Se eu tinha conhecimento da participação; não. Qual é o nível de alçada? Acho que já foi respondido. O nível de alçada, em termos de operação, é praticamente nenhum. No tocante à política de investimento e desinvestimento, posso dizer que não houve qualquer desinvestimento no BNDES nos quatro anos. Nesse caso, acho que a discussão deveria ser — não sei se é assim, mas deveria ser — caso por caso, tanto que, no caso da política de investimento, umas das mais importantes realizadas pelo BNDES, no meu tempo, de que eu me lembre, foram duas: primeiro, a abertura de escritório do BNDES no



Uruguai e abertura de escritório do BNDES ou representação do BNDES em Londres. Foram duas medidas importantes que tiveram investimento bastante razoável para o banco. O outro foi que nós encontramos, quando chegamos ao BNDES, um sistema de tecnologia de informação absolutamente superado, que não permitia mais nenhum crescimento nas operações do banco. Só havia, Sr. Relator, 50 mil cartões BNDES, porque eram — como a gente chama em TI, nas plataformas modernas de TI — “gambiarras”. Acrescentavam coisas para fazer o cartão, acrescentavam outras para fazer outra. E não era possível se emitir mais do que 50 mil cartões. Hoje, são 700 mil cartões BNDES emitidos. Se a função do BNDESPAR é alavancar o desenvolvimento ou se deve essa função ficar para o mercado; eu acabei de dar um exemplo de que o mercado não satisfaz. O mercado não investe nas empresas que a gente chamada de sementes, *seed companies*; não investe nas *startups*, nas empresas iniciantes. Tinha um rol de pequenas empresas que eram apresentadas a cada reunião do Conselho e que estavam conseguindo resultados excepcionais por causa da participação do BNDES. Aliás, é possível citar uma empresa dessas que se tornou uma grande empresa nacional, que é a TOTVS, uma empresa de TI. Ela se tornou uma das maiores empresas nacionais da área de TI por causa da alavancagem que o BNDESPAR deu a ela no seu início. Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Nós temos notícias também de grandes empresas que não tiveram esse êxito; por exemplo, a empresa do Eike Batista, em relação à participação do BNDES.

O SR. MIGUEL JORGE - É, eu concordo com o senhor que realmente existem empresas desse tipo. No meu ponto de vista, elas são exceções e não a regra geral. A regra geral são empresas que deram certo, que tiveram sucesso. E, além disso, um risco faz parte de qualquer negócio. Deve ser evitado ao máximo. O risco tem que ser minimizado, principalmente por uma instituição financeira, ao máximo. No caso, por exemplo, das empresas X, não houve prejuízo, porque o BNDES tinha garantias muito fortes, e o BNDES conseguiu transferir toda essa participação para empresas, algumas internacionais, que estão hoje fazendo o trabalho de maneira muito correta em relação ao que aconteceu com aquela debacle das empresas do Eike Batista.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - E quanto à política implementada com relação às grandes campeãs nacionais? Qual é a avaliação de V.Sa.?

O SR. MIGUEL JORGE - Sr. Relator, eu trabalhei em duas multinacionais. Se considerarmos o tempo de Autolatina, que eram duas multinacionais, Ford Volkswagen e Banco Santander, eu sou totalmente a favor das multinacionais e sou totalmente a favor de que o Brasil tenha empresas multinacionais. Com a globalização, nós não podemos ficar no nosso quintal. Eu costumava dizer para os meus amigos dos bancos Itaú, Bradesco e, na época, Unibanco, que era inacreditável que o Banco Santander tivesse vindo para a América Latina, tivesse comprado bancos na América Latina inteira e, em 8 anos, tivesse se transformado no maior banco latino-americano, quando nós tínhamos no Brasil bancos como o Itaú e o Bradesco, que deveriam ser esses bancos, eles deveriam ser os bancos líderes da América Latina. A Ford está no Brasil há quase 100 anos; a Volkswagen, há 60 anos. Essas empresas receberam impulso de seus governos para se internacionalizarem. Há uma História pouco conhecida: o Henry Ford, logo nos primórdios da revolução russa, instalou uma fábrica de tratores da Ford na recém-criada União Soviética, em 1918. Essa história é pouco conhecida, até porque a Ford não divulga muito essa história. Quer dizer, a Ford viu essa oportunidade já no início do século XIX de expansão pelo mundo todo. Eu acho que as empresas brasileiras têm que ver isso. E as chamadas “campeãs nacionais” foram escolhidas porque elas já tinham uma característica de grandes empresas vencedoras no Brasil, já exportavam muito, já tinham uma presença internacional. E o que se possibilitava era uma participação maior ainda dessas empresas no mercado internacional. Volto a dizer que seria muito difícil que as nossas empresas conseguissem um lugar fora do Brasil e competissem globalmente sem receber pelo menos algum tipo de impulso por parte de órgãos do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator, Deputado José Rocha.

Neste momento concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Carlos Melles pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta.



Deputado José Rocha, caro Sr. Ministro, colegas Deputados, ouvi atentamente o questionamento que o Relator, Deputado José Rocha, fez — e assim farão os que vão passar por aqui. Aliás, quando nós convocamos os ex-Ministros, de um modo geral, era para ouvir as opiniões de cada um, mas também para falarmos um pouco sobre o que o Brasil está vivendo neste momento, em uma relação de causa-consequência.

O senhor viveu um período de uma crise internacional. Na minha avaliação teve um desempenho muito positivo como Ministro. O senhor tem um currículo invejável, é um homem que transita em qualquer setor do ambiente de mercado, inclusive na área de comunicação, de uma forma formidável. Mas nós temos três CPIs nesta Casa hoje: uma da PETROBRAS, que era tida como uma empresa de excelência; uma dos fundos de pensão; e a outra é a do BNDES.

Nós fizemos um filtro, para começar a trabalhar a CPI do BNDES, e notamos que o BNDES está muito malfalado, muito malvisto, assim como a PETROBRAS e os fundos de pensão.

As causas que a imprensa tem colocado, essa evidência negativa desses órgãos... Quem avaliava a PETROBRAS sabia da excelência técnica do processo decisório; quanto ao BNDES, mais ainda. Quem vem aqui fala dos critérios, das avaliações de risco. No entanto, ele tomou bomba em algumas atividades e agiu com suspeição e outras.

De um modo geral, eu queria ouvir o que V.Sa. pensa deste momento que o Brasil está vivendo e a causa-consequência com relação ao Governo. Refiro-me, sobretudo àquela época, com relação ao apoio de exportação do BNDES. Eu me lembro que o maior apoio que nós fizemos foi no processo de exportação, em 1999, para EMBRAER. Depois mudou-se o eixo. Curiosamente, o Brasil começou a priorizar a África, Cuba, Venezuela, Argentina, uma coisa sem muita explicação. Diante, inclusive, da fala de V.Exa., a gente busca parceria com quem é melhor do que nós. Sem desmerecer ninguém, mas nós fomos buscar parceria de outra forma, parecendo que nós fôssemos os melhores.

E, nesse aspecto, algumas coisas não foram positivas. Houve a mudança do eixo e do foco do financiamento externo. Por exemplo, financiamos quatro linhas do metrô em Caracas — e eu tenho insistido aqui nisso —, quando não financiamos a



de Belo Horizonte, a de Porto Alegre, a de Curitiba, a de Salvador. Parece que houve, sim — pela imprensa, pelo momento, pelas três CPIs —, uma influência do Executivo na decisão de onde colocar os recursos do BNDES.

E nesse caso nós tentamos trazer, inclusive, um dos campeões, que é o maior campeão: a JBS. Foi vetado. Aqui tem dessas coisas: a gente quer, mas não pode. Há razões políticas que uma hora vão ser claras, explicadas, sobre o motivo pelo qual a JBS não vem aqui.

Por que nos chama a atenção? Porque uma empresa que financia quase meio bilhão numa campanha política, da qual o BNDESPAR é sócio e da qual o BNDES é fomentador de recursos, causa estranheza. E é assim também com outras.

Mas eu vou me ater — e já pedindo um esclarecimento — ao caso do Frigorífico Independência. Quer dizer, era uma coisa clara, porque estava quebrado, mas pusemos dinheiro em cima do Independência. Outro caso é o da Lácteos do Brasil, quando a mesma coisa aconteceu. Foram quase 1 bilhão de ativos perdidos, como sócio e como investidor. Quanto aos Alimentos Nilza, também a mesma área, houve a mesma coisa. E o que nós ouvimos aqui foi que houve uma falha de análise do banco, do sistema técnico do banco.

Por fim, eu gostaria de saber sobre essa atuação do *lobby* da Namíbia. Queria que V.Sa. nos explicasse isso. Quem o conhece sabe da sua generosidade e do seu desprendimento de relacionamento. Mas isso não foi um pouco além dos *e-mails* que a imprensa tornou claros e públicos quanto às ações do Ministro, do Ministério, do Presidente Lula e da empresa Odebrecht. Por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Sr. Miguel Jorge para que possa responder os questionamentos do Deputado Carlos Melles.

O SR. MIGUEL JORGE - Obrigado, Deputado Melles, meu conhecido de longa data. Quanto à questão, primeiro, da PETROBRAS e de outros que estão sendo malfalados; parece-me que o fato de serem empresas gigantescas e de serem empresas que têm certo poder, ou pelo menos que a sociedade as vê com poder excessivo, parece-me que isso faça com que elas até relutem em informar mais. Acho que deveriam ser empresas, na minha opinião — e, agora, o senhor me



citou como pessoa de comunicação —, deveriam ser empresas muito mais abertas e falar mais ao público. Não me refiro a serem abertas e terem em seus *sítes* todas as informações, mas que devem elas conversar mais com o público, conversar mais com a opinião pública. Eu sempre fiz isso nas empresas em que trabalhei. Sempre abri as empresas — e o senhor sabe bem disso. No caso das exportações de 1999 — e o senhor citou o exemplo da importância do BNDES nas exportações da EMBRAER —, quero dizer que a EMBRAER ainda é o maior cliente do BNDES na exportação. O BNDES financia muito os aviões da EMBRAER. E há uma diferença quanto ao que aconteceu naquele primeiro período: por incrível que pareça — e eu sempre achava isso uma coisa muito estranha —, o BNDES não financiava os aviões da EMBRAER no Brasil, porque o financiamento era muito caro. Por isso nós temos, por exemplo, hoje, as duas maiores companhias no Brasil — é uma das razões, não é a única razão — só com aviões estrangeiros. Isso ocorre porque o financiamento de aviões e *leasing* de aviões no exterior é muito mais barato e oferecido quase como uma guerra para empresas de aviação civil. A EMBRAER não conseguia vender aviões no Brasil, porque não tinha financiamento. A primeira empresa a obter financiamento do BNDES para comprar aviões foi a Azul, que hoje tem 90% da sua frota aviões com aviões da EMBRAER. Aliás, é uma empresa de sucesso, que voa Brasil inteiro, embora opere em aeroportos menores, em cidades menores. O senhor pergunta se no financiamento das linhas do metrô de Caracas houve influência do Executivo. Esses são financiamentos que começaram muitos antes, começaram lá na década de 90 e continuaram e tal. Pode-se discutir se a continuidade teve influência do Executivo. Eu, Deputado, com toda sinceridade, nunca vi essa influência do Executivo no BNDES para financiamento desse tipo de coisa. Com relação ao Independência — não me lembro e não sabia dessa explicação —, o que me lembro do que foi apresentado ao Conselho de Administração na época era que o banco, não só o BNDES, mas outros bancos que tinham financiado o Independência, tinha sido vítima de fraude, pois tinham sido apresentados documentos que não eram verdadeiros, e as análises foram feitas em cima desse documento. Tanto isso é verdade que, meses depois da concessão do financiamento por bancos privados — muito cuidadosos — e pelo BNDES, houve a recuperação judicial. Isso foi apresentado ao conselho, porque a diretoria levou ao



conselho a discussão sobre o acionamento judicial do Independência em relação a essa questão — que foi evidentemente aprovada pelo conselho. Sobre o caso do *lobby* na Namíbia, primeiro, eu queria fazer uma diferença temporal do uso da palavra “*lobby*” em 2008 e o uso da palavra “*lobby*” hoje. Eu não considero que esse é o *lobby* que hoje sai na imprensa como: “O lobista do Estado tal...”. Não vou citar nomes aqui, embora não teria nenhum problema para citar. Mas isso não é *lobby*; isso é crime. E isso não tem nada a ver com *lobby*. A definição de “*lobby*”, se nós formos ao Dicionário Aurélio, está clara: é a tentativa de convencimento por meios lícitos; é a reunião pública; é a reunião que pode ser gravada, que pode ser publicada, que pode ser assistida por um jornalista. Isso é *lobby*. Não vai dar mais para usar esta palavra *lobby* no Brasil depois desse último ano e meio, porque ela foi demonizada. Não tem mais como voltar a ser usada essa palavra na sua acepção correta, como é usada no mundo todo, nos Estados Unidos, na Alemanha, etc. Eu costumo e preciso também dizer por que eu recebi um e-mail. A pessoa que assina o *e-mail* foi correspondente d’*O Estadão* em Buenos Aires durante muitos anos, foi meu subordinado direto. Depois ele foi editor internacional d’*O Estadão* durante muito tempo, meu subordinado direto. Depois disso, ele continuou no *Estadão*. Depois que ele saiu, ele foi trabalhar na Odebrecht como assessor de comunicação. Quando souberam disso — e as pessoas sabiam disso lá dentro —, pediram que ele mandasse um *e-mail* para mim, para ver se encaminhava aquela questão de que a Odebrecht tinha interesse numa obra na Namíbia. Essa conversa que eu tive com o Presidente foi em pé, minutos antes de um almoço com 300 pessoas no Ministério das Relações Exteriores. E, em uma mesa com 10 pessoas, com Ministros da Namíbia e Ministros do Brasil: “*Presidente* — referindo-se ao Presidente da Namíbia —, *nós temos interesse numa obra na Namíbia, numa hidrelétrica*”. Eu acho que era uma hidrelétrica. E o Presidente falou assim: “*Eu já sei. Nem precisa falar mais, porque eu já sei e tenho interesse em que o Brasil fique com essa concorrência*”. Foi exatamente isso que aconteceu. Agora, é preciso lembrar, Deputado — nós, os mineiros —, que a primeira informação que eu tive sobre *lobby* na minha vida foi quando a Rainha Elizabeth veio ao Brasil na década de 70, e ela veio para vender aviões ingleses. A Rainha Elizabeth saiu da Inglaterra, pegou o avião e veio ao Brasil para vender aviões ingleses de uma fábrica que depois se juntou com uma



fábrica da Espanha para formar a Airbus. O Presidente Itamar — de saudosa memória —, quando discutia, gostava de dizer que todo produto ele gostava de lançar no Palácio. Então, no anexo, naquele espaço entre o Palácio e o anexo, iam automóveis, motocicletas, ônibus. Ele entrava no ônibus, ligava o carro, deixava-se fotografar. E eu disse a ele — e o Presidente Itamar era mineiro, conterrâneo, de Juiz de Fora — o seguinte: *“Presidente, eu acho ótima essa sua postura, louvável”*. Na época nós estávamos numa concorrência muito acirrada entre a Thomson, da França, e a Raytheon, dos Estados Unidos, para ver quem forneceria os equipamentos para o SIVAM, do Sistema de Vigilância da Amazônia. Isso foi em 1993. E o Presidente Itamar disse: *“O Presidente Clinton me ligou duas vezes. E nas duas vezes ele disse: Presidente, estou ligando para você porque eu estou defendendo 30 mil empregos americanos.”* O Presidente Clinton seria acusado de fazer *lobby*? Não pode ser acusado de fazer *lobby*. Eu vi o Presidente Nicolas Sarkozy tentar nos convencer das excelências do Rafale. E eu vi também, meses depois, o Rei Gustavo, da Suécia, fazer a mesma coisa: tentar nos convencer — ao Presidente Lula e, depois, numa viagem em que fui como Ministro, sem o Presidente, com a família que é a maior proprietária da Saab — nos convencer também que era muito melhor para o Brasil comprar o Gripen, da Saab, do que o Rafale, da Suécia. É mais ou menos a mesma situação, no meu ponto de vista. Não sei se respondi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Eu estou satisfeito e agradeço, Ministro.

Eu pedi que V.Exa., se quisesse arriscar, fizesse uma análise conjuntural do momento.

O SR. MIGUEL JORGE - Ah! Desculpa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Nós somos totalmente favoráveis a esse tipo de *lobby*. Mas quando o *lobby* foi usado para fazer uma distorção, para propinas, em detenção do poder, que é o que aconteceu nesses últimos anos, não só deteriora o significado, mas põe a sociedade e nós aqui em cheque por uma ação que é interferência política. E não é mais a gestão que nós gostaríamos que o Brasil tivesse e que V.Exa. sabe fazer tão bem.

Muito obrigado.



O SR. MIGUEL JORGE - Obrigado. Eu peço desculpas em não fazer a avaliação sobre a situação econômica, porque acho que o Deputado entenderia a minha posição com relação a isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Rocha) - Com a palavra o ilustre Deputado Alexandre Baldy, por 10 minutos, na condição de Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Boa tarde, Sr. Presidente e Relator, Deputado José Rocha; boa tarde a todos os demais colegas Parlamentares; boa tarde a V.Sa., ex-Ministro Miguel Jorge.

Gostaria de iniciar as minhas perguntas a V.Sa. sobre a política econômica. Como V.Sa. mesmo comentou, V.Sa. veio de duas empresas multinacionais, veio de uma empresa como o Banco Santander e participou de um Governo que enfrentou uma grave crise internacional. Desde o início de 2008, quando titular do Ministério, foi quando o Tesouro iniciou o seu endividamento para que pudesse emprestar recursos vultosos ao BNDES. Esses empréstimos hoje já atingem quase meio trilhão de reais e implicam elevados custos para toda a sociedade brasileira. Esse endividamento será pago pelos cidadãos brasileiros. Isso permitiu que os desembolsos do Banco mais do que dobrassem desde 2008, no entanto.

A despeito de algum efeito favorável para superar os efeitos dessa crise comentada, a economia passou a crescer muito pouco, e entramos numa recessão global. A taxa de investimento ficou estagnada, e o País se desindustrializou, ao contrário do que imaginávamos, de que haveria a industrialização.

A impressão que cresce em toda a sociedade é que parte significativa desses recursos e o endividamento por parte do Tesouro escoaram pelo ralo, pelos erros de gestão, pelos quais o Banco se encaminhou.

Eu gostaria de perguntar, e V.Sa. já responder, para que possamos ser mais objetivos e rápidos.

O SR. MIGUEL JORGE - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Na avaliação de V.Sa. — inclusive um homem de larga experiência no setor privado —, por que a forma de utilização do BNDES pelo Governo gerou nos últimos anos mais distorções macroeconômicas? E isso foi citado pelo meu colega, Deputado Melles. Com o aumento do endividamento público, que impactos virtuosos poderiam ser atraídos



para a economia? Qual é a opinião de V.Sa. sobre os principais defeitos dessa política de crédito do banco, como citou o meu colega José Rocha, sobre empresas, como as empresas X? Há, sim, recuperações de crédito, mas há outras que até hoje o banco procura recuperar.

O SR. MIGUEL JORGE - Deputado Baldy, muito obrigado pelas suas perguntas. A primeira, com todo respeito a V.Exa., eu discordo que tenha havido um endividamento excessivo do Tesouro naquele período com alguns defeitos, como V.Exa. disse.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Porque o endividamento com o Tesouro, hoje, está na ordem de meio trilhão de reais.

O SR. MIGUEL JORGE - Pois é...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Quer dizer, nós já estamos discutindo que, até 2060, o banco deverá pagar ao Tesouro, que se endividou pelo cidadão, quase meio trilhão de reais. Então, isso é um endividamento substancial para que se aplicasse uma política econômica. E eu perguntei se V.Sa. se concordou com essa política, pela sua visão empresarial e financeira e pela sua trajetória.

O SR. MIGUEL JORGE - Bem, eu vou responder pelo período em que eu estive no Ministério e em que eu tive participação na política econômica. V.Exa. vai se lembrar de que, por exemplo, nos Estados Unidos, o Governo americano colocou alguns trilhões de dólares na General Motors...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, mas se fosse...

O SR. MIGUEL JORGE -...para não quebrar a General Motors na crise 2008 e 2009.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Nós podemos exemplificar com o Ex-Im Bank, que é um terço do BNDES, a título de exemplo.

O SR. MIGUEL JORGE - Pois é, ele é um terço do BNDES, por isso mesmo que não pôde ajudar a GM. O Governo americano teve que entrar direto, com o Tesouro americano, colocando dinheiro na General Motors, porque a cadeia de produção de uma empresa como a General Motors é tão grande e a importância dela como exportadora americana é tão grande que o governo não poderia deixá-la quebrar, teve que intervir na General Motors. Mas, voltando ao caso do Brasil, em



2008 e 2009 — não precisamos dizer, o senhor mesmo se referiu a ela —, tivemos uma crise financeira internacional maior do que a de 1929. No entanto, nós chegamos ao final de 2010 com um crescimento de 7,5% e com 2 milhões e 800 mil empregos novos gerados no Brasil, contra 1,8 milhão gerado em 2009. Na minha avaliação, isso se deveu muito e principalmente à política de sustentação do investimento desenvolvida pelo BNDES, com a política de desenvolvimento produtivo do MDIC, porque houve financiamento para caminhões, para ônibus, para tratores, para colheitadeiras. Alguns dos Srs. Deputados são do agronegócio e podem se lembrar de como foi importante para o agronegócio brasileiro, que continua dando provas de uma vitalidade impressionante e é, na minha opinião, a área mais competente que nós temos neste País. O agronegócio comprou colheitadeiras, comprou tratores, tratores pequenos de 75 HP até enormes tratores, além de colheitadeiras, ceifadeiras, etc. O setor de máquinas e equipamentos não sofreu a crise de 2008 e 2009 por causa da política de sustentação do investimento que permitiu o financiamento, via FINAME, de máquinas e equipamentos com juros menores do que os praticados no mercado, até porque ninguém financiava nada naquela crise de 2008 e 2009. Mesmo se os juros fossem altos, um banco privado não financiaria nada. Acho que o impacto que o banco causou na economia, na época, foi importante. A formação bruta de capital fixo por investimento saiu de 16% para quase 20% e se manteve nesses últimos anos, o que é uma pena, porque deveríamos manter o crescimento da formação bruta de capital. Infelizmente, o nosso ideal, quando, em 2008, discutíamos isso, era chegarmos a 22%, longe ainda de Coréia, que tem 40%. Mas ainda é um crescimento bastante importante para o País. Então, eu realmente considero que, naquele momento, naquele período, foi importante essa política. E eu, como fiz com o Deputado Melles, vou pedir a compreensão do nobre Deputado Baldy para não avançar em avaliações sobre decisões econômico-financeiras posteriores à minha gestão.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas essas são visões macroeconômicas. E V.Sa., com toda a *expertise* que possui, principalmente no mercado financeiro, não avaliaria que essa é uma política econômica... Ela foi correta ou não?



O SR. MIGUEL JORGE - Deputado, com todo o respeito, não é um assunto da CPI. Eu não vim preparado, inclusive, para discutir isso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. me perdoe, mas nós estamos discutindo o BNDES. Aqui é a CPI que investiga o BNDES.

O SR. MIGUEL JORGE - Mas eu não tenho conhecimento, não tenho informações sobre o BNDES depois de 2010, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, mas eu estou informando a V.Sa. que o banco captou, a título de endividamento do povo brasileiro, meio trilhão de reais. Pergunto se V.Sa. concorda, como foi o iniciante dessa captação de endividamento pelo Tesouro ao banco, com essa política econômica que o Governo do PT praticou no BNDES.

O SR. MIGUEL JORGE - Em 2008, 2009 e 2010, foram mais ou menos 100 bilhões. E eu tenho os resultados, alguns até de cabeça, porque eu não tenho acesso mais a documentos do Governo nem do BNDES — eu sou um cidadão comum agora. Mas apenas um número, meio trilhão, não me dá condições de fazer uma avaliação segura e completa, e eu não me sinto preparado para fazer uma avaliação dessas tendo apenas um número de meio trilhão. Eu precisaria ver os contratos assinados, os financiamentos feitos, as origens dos financiamentos. Desculpe-me, mas eu, então, direi a V.Exas. que eu sou incompetente para responder a pergunta.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Não, então eu vou ser objetivo na pergunta a V.Sa.: o empréstimo feito pelo Tesouro ao BNDES em 2010, no valor de 30 bilhões, captando dívida, que será paga pelo cidadão brasileiro, para capitalizar a...

O SR. MIGUEL JORGE - Desculpe.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - A capitalização da PETROBRAS, cujo empréstimo, no valor de 30 bilhões, foi tomado pelo BNDES junto ao Tesouro, foi capitaneada por V.Sa.?

O SR. MIGUEL JORGE - Não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. não teve participação alguma...

O SR. MIGUEL JORGE - Não.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ... nem conhecimento do fato?

O SR. MIGUEL JORGE - Não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mesmo sendo Presidente do Conselho do Banco?

O SR. MIGUEL JORGE - Como eu disse, Deputado — aliás, disseram.... acho que devem ter dito outras pessoas aqui —, o Conselho de Administração do Banco pode até discutir o conceito do Conselho de Administração do BNDES, mas ele não participa das operações do Banco. Ele dá as diretrizes gerais, apoia... aprova a política geral do Banco, mas ele não participa das operações.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa., como Ministro do Desenvolvimento, liderou as negociações ou participou das negociações para a alteração do estatuto do Banco, que permitiu o financiamento para aquisição de empresas no exterior?

O SR. MIGUEL JORGE - Não, eu não me lembro de ter participado disso. Eu nem sabia que era proibida antes a participação de empresas no exterior. O Banco participa de empresa no exterior, uma empresa americana...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Para financiamento para aquisições de empresa no exterior?

O SR. MIGUEL JORGE - Não, eu não me lembro de ter havido essa discussão.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Durante a sua gestão no Ministério do Desenvolvimento, quem no Governo orientou a política que levou o BNDES a hoje deter participação acionária importante e praticamente permanente, pelo que a gente percebe, em algumas empresas de segmentos tradicionais da indústria, como o de alimentos, em que seria de se esperar que não fosse necessário o apoio de um banco oficial de fomento?

O SR. MIGUEL JORGE - Presumo, nobre Deputado, que tenha sido a diretoria colegiada do BNDES.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, não houve nenhuma orientação de uma política de Governo para que o BNDESPAR fizesse aquisição de participações em determinados segmentos econômicos, de modo que assim fizesse o investimento?



O SR. MIGUEL JORGE - Pelo Conselho de Administração do Banco ou pelo Conselho de Administração do BNDESPAR, não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, o Ministério do Desenvolvimento não participou em nenhum processo de atuação?

O SR. MIGUEL JORGE - Não participou.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. esteve na coordenação, como Ministro, do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações — COFIG e do próprio Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior.

Algumas operações estão sendo questionadas aqui por esta CPI, como a operação que foi realizada ou aditivada no período que V.Sa. exercia o cargo de Ministro, sendo que muito provavelmente foram aprovados esses aditivos na sua gestão. Observou-se também que houve um forte direcionamento dos financiamentos para alguns países, como é o caso de Cuba.

Eu gostaria de perguntar a V.Sa., que tratou dessas relações com Cuba, realizando missões empresariais, inclusive naquele período: o senhor esteve acompanhado do ex-Presidente Lula ao país Cuba?

O SR. MIGUEL JORGE - Em uma das viagens, sim.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Com quem V.Sa. se reunia em Cuba para tratar efetivamente do financiamento do Porto de Mariel?

O SR. MIGUEL JORGE - Eu não tive nenhuma reunião em Cuba para tratar do Porto de Mariel, porque não era função do Ministro tratar do financiamento do Porto de Mariel.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, V.Sa. não tratou, em nenhuma ocasião, sobre o financiamento do Porto de Mariel?

O SR. MIGUEL JORGE - De financiamento do Porto de Mariel, não. Isso... para explicar, não, porque é uma maneira deselegante de dizer, mas nós assinamos com Cuba um protocolo comercial em 2008, que permitia que fossem feitos investimentos na área de alimentos. Aliás, falava-se muito... Era muito generalista esse protocolo. Falava em novas operações, referentes a projetos de hotelaria, farmácia, biotecnologia, infraestrutura viária, indústria açucareira e transporte, excluídas as exportações de alimentos, porque havia uma linha específica do Brasil para Cuba. Depois disso, Cuba apresentou, juntamente com o exportador brasileiro,



projetos de uma estrada e do Porto de Mariel ao COFIG (Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações), que avaliou... E o Ministro do Desenvolvimento não preside o COFIG. O COFIG é coordenado — e também há uma diferença, eu diria, quase que semântica — pelo Secretário-Executivo do Ministério, que é praticamente um ministro, é o Vice-Ministro. Depois encaminhou para a CAMEX (Câmara de Comércio Exterior), órgão de que participam vários Ministérios, como os da Fazenda, da Agricultura, do Planejamento, das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, claro, que aprovou essas negociações que redundaram no financiamento ao Porto de Mariel.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. concorda com essa operação de crédito que houve com Cuba para a construção do Porto de Mariel?

O SR. MIGUEL JORGE - Eu só posso falar do período; no período, sim, eu acho que foi correto.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Porque V.Sa. tratou na reunião da CAMEX, inclusive, da aprovação desse aditivo, da taxas de juros, prazos, tudo...

O SR. MIGUEL JORGE - Sim, claro, todos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - E V.Sa. acredita que um país como Cuba, com todos os riscos embutidos, internacionais principalmente, conseguiria outra linha de financiamento com 4.1% ao ano mais *Labor* e 25 anos para pagamento?

O SR. MIGUEL JORGE - A garantia que Cuba deu, e é uma garantia, por exemplo, que outros países já deram, o (*ininteligível*) *rate*, a troca por produtos, é uma garantia absolutamente aceitável, uma garantia firme. O produto mais importante de Cuba, o tabaco, é o produto que está garantindo...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Muito bem. Mas V.Sa. acredita que Cuba, num empréstimo de quase 700 milhões de dólares, teria condições de uma receita anual de 400 milhões de dólares, com todo o tabaco que exporta, garantir a operação de crédito junto ao BNDES?

O SR. MIGUEL JORGE - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, todas as exportações de tabaco seriam garantidas à operação de crédito para a construção do Porto de Mariel?



O SR. MIGUEL JORGE - É, com... com toda a paciência... Peço a paciência de V.Exa., mas Cuba não vai pagar 400 milhões de dólares de uma vez, em uma exportação anual.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito.

O SR. MIGUEL JORGE - Terá uma carência. Parece-me que a carência era de 5 anos e um prazo de pagamento...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - De 25 anos.

O SR. MIGUEL JORGE - ... de 25 anos. Em 25 anos, com um faturamento anual, depois de uma carência de 4 anos, pagar um financiamento de 1 bilhão em 25 anos, parece-me que 400 milhões de dólares estarão bastante seguros.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa., como um executivo do Banco Santander, estaria de acordo com uma operação de crédito como essa?

O SR. MIGUEL JORGE - Poderia ser feita, poderia fazer.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. colocaria o seu nome...

O SR. MIGUEL JORGE - Faria, faria.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ... assinaria embaixo uma operação de 25 anos...

O SR. MIGUEL JORGE - Faria, com 25 anos...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ... com um país como Cuba...

O SR. MIGUEL JORGE - ... com 5 anos de...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ... com o crédito que foi concedido, com uma garantia que foi operada pelo COFIG?

O SR. MIGUEL JORGE - Se tivesse um negócio no Santander com 5 anos de prazo de carência para começar a pagar, 25 anos para pagar, com a garantia de uma produção que nada prevê e que fizesse mudar de 400 milhões de dólares líquidos por ano, certamente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas como nós podemos afirmar que um país como Cuba que sequer sabemos o método de licitação, de contratações públicas, um país que não tem transparência nas ações de Governo, como nós podemos entender que um banco oficial pode operar com uma taxa como essa? O senhor concorda que um banco privado operaria nessa situação?



O SR. MIGUEL JORGE - Em relação às taxas, nós não podemos comparar as taxas de um banco de fomento, de um banco de desenvolvimento como o BNDES; nós temos que comparar com bancos de desenvolvimento de outros países, e a taxa cobrada pelo Brasil para Cuba é maior do que a taxa que outros países cobram para financiamentos do mesmo tipo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas um país como Cuba, obviamente, tem que pagar uma taxa com *spread* muito maior devido à questão de risco.

O SR. MIGUEL JORGE - Não era muito maior. Eu disse que era maior que alguns países, que algumas agências financiadoras de outros países.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito. Eu percebi que V.Sa. defendeu a questão do *lobby* no mundo inteiro, mas eu divirjo dessa situação, porque nos Estados Unidos o *lobby* é uma atividade legalizada e amplamente defendida, em que Parlamentares defendem setores, segmentos, atividades, produtores, enfim; aqui, no Brasil, o *lobby* é um ato ilícito, um ato ilegal.

Eu só discordo... Como foi citado em uma correspondência que V.Sa. trocou com um executivo da empreiteira Odebrecht, eu gostaria de confirmar se o senhor conhece os Srs. Marcos Wilson e Luiz Antonio Mameri e se o senhor já esteve com eles.

O SR. MIGUEL JORGE - Eu imagino que tenha havido um problema de comunicação, porque eu disse que o Sr. Marcos Wilson, quando eu fui diretor de redação no *Estado*, foi correspondente do *Estado*, sob minha subordinação, em Buenos Aires, durante vários anos. Depois, ele foi editor da área internacional do *Estado*, quando também dirigiu o *Estado*, durante vários anos. Portanto, eu conheço, sim, e mantive contato com o Sr. Marcos Wilson durante esses últimos anos, o que talvez tenha me levado a ser tão tranquilo em responder a um *e-mail* de 2008 — que eu volto a frisar. Porque a palavra “*lobby*” foi demonizada nesses últimos 2 anos, e o que nós estamos vendo aí não é *lobby*, Deputado, com todo o respeito. Nós temos visto ações que estão previstas no Código Penal, como o que está acontecendo agora...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - E V.Sa...



O SR. MIGUEL JORGE - Deixe-me terminar, por favor. Desculpe. E o *lobby*... Realmente, eu cheguei a ter várias discussões com o Deputado e depois Senador Marco Maciel, que foi o primeiro projeto e logo apresentado ao Congresso, há mais de 30 anos. E há vários projetos para oficializar o *lobby* no Congresso e que não são discutidos nem aprovados. Eu acho que já tarda que nós nos preocupemos em, realmente, regulamentar a profissão, que é uma profissão honesta e correta em todos os lugares do mundo. Não se pode confundir ação de *lobby* com ação de crime. São duas coisas completamente diferentes. Aliás, o *Estado* de domingo traz uma reportagem muito interessante sobre *lobby* em que um professor da Universidade de Brasília fala a favor do *lobby*, outro professor da Faculdade de Direito da FGV, em São Paulo, fala a favor do *lobby* e que outro professor da Faculdade da Universidade de Brasília fala a favor do *lobby*. Mas falam desse *lobby* que nós queremos aprovar no Congresso, com uma atuação transparente, correta, em que as pessoas são registradas. O senhor citou os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, o Deputado se honra de colocar no currículo dele que ele, por exemplo, é de Iowa e defende os interesses dos produtores de milho de Iowa. Está no currículo do Deputado. Não denigre nada o Deputado; ao contrário, é para todo mundo ter certeza de que aquele Deputado defende os interesses do Estado dele.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito.

De acordo com esta mensagem trocada, V.Sa. diz: “*Estive e o PR fez o lobby. Aliás, o PR da Namíbia é quem começou — disse que será licitação, mas que torce muito para que os brasileiros ganhem, o que é meio caminho andado.*” Para os investigadores, a sigla “PR” se refere ao Presidente da República. V.Sa. confirma?

O SR. MIGUEL JORGE - Claro. É o Presidente da República, sim.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. confirma que o Sr. Alberto Youssef esteve numa comitiva oficial em 2008 ao país Cuba?

O SR. MIGUEL JORGE - Eu fui perguntado sobre isso uma vez pela revista *ISTOÉ*, e eu disse, com toda a tranquilidade, que eu não me lembrava de ter visto o Sr. Youssef em comitiva. Pelo menos, em comitiva oficial, ele não estava. Porque, a comitiva oficial — todas a Cuba —, era de cinco, seis pessoas e não havia nenhum empresário na comitiva oficial. É possível que ele estivesse em Cuba quando o Brasil... E eu participei de missões a Cuba. Não conseguiria lembrar todas as



peças com quem me encontrei em Cuba nessas vezes. Eu fui três vezes a Cuba para a Feira de Havana, para a inauguração da Feira de Havana, porque entre 40 empresas brasileiras, a cada 2 anos, todo ano, participam da Feira de Havana. São 40 empresas, numa feira relativamente grande, e cada estande tinha, pelo menos, quatro, cinco pessoas. Portanto, nós estamos falando aí que havia 200, 300 brasileiros em Cuba. Eu, realmente, Deputado, não consigo me lembrar desse nome, que, depois, se tornou um nome conhecido nacionalmente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. já andou, como o ex-Presidente Lula ou junto com o ex-Presidente, em jatos pagos pelas empresas às quais...

O SR. MIGUEL JORGE - Nunca. Não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - E V.Sa. concorda que essa operação de andar em jatos pagos pelas empresas que pagam a palestra e que buscam essas obras e esses financiamentos é um ato correto?

O SR. MIGUEL JORGE - É um juízo de valor que não me cabe fazer nesta CPI, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas esta CPI, Sr. Miguel Jorge, fiscaliza o BNDES. E o BNDES é uma empresa, é o banco que financiou obras em países aos quais o ex-Presidente foi em jatos pagos pelas empresas, no valor de 600 a 700 mil reais, onde o ex-Presidente Lula esteve com empreiteiros, inclusive dentro do voo pago por eles, e ainda pagando as palestras com receitas de 3 a 4 milhões de reais.

V.Sa. concorda que esse é o *lobby* saudável de que o Brasil precisa?

O SR. MIGUEL JORGE - Volto a dizer a V.Exa., com todo o respeito, que discutirei os assuntos relacionados ao meu período como Ministro da Indústria e Comércio, que foi de março de 2007 a dezembro de 2010. Fora disso, em casos como esses, eu falei para o Deputado Carlos Melles, eu vou me abster de fazer comentários que extrapolam a isso. Não faço...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas V.Sa. fez comentários a respeito do *lobby* nos Estados Unidos, da atuação parlamentar americana e se abstém de comentar se o *lobby* feito pelo ex-Presidente Lula, sendo pagas as suas palestras, pagos voos em jatos particulares com valores na casa dos milhões e



ainda não quer comentar a respeito se esse é o *lobby* saudável que o Brasil, o BNDES, as empresas brasileiras precisam?

O SR. MIGUEL JORGE - O Presidente Clinton já veio ao Brasil várias vezes, e ele cobra 300 mil dólares a cada vez que ele vem ao Brasil fazer palestra. É o único comentário que eu vou me permitir fazer.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas o senhor concorda que o Presidente Lula, indo ao exterior, concentrando os financiamentos do BNDES a essas empresas e, coincidentemente, são palestras pagas pelas mesmas empresas; coincidentemente, são operações de créditos financiadas pelo BNDES, não é muita coincidência? O *lobby*, o senhor concorda que não é saudável para o Brasil?

O SR. MIGUEL JORGE - Eu vou me permitir não responder a pergunta de V.Exa., com todo o respeito.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu agradeço, Sr. Presidente, mas eu fico assim... Não vejo como V.Sa. obviamente queira responder esses questionamentos com uma visão empreendedora, empresarial e de ex-Ministro pelo qual o Brasil precisa.

Esta Comissão investiga o BNDES de fato. Então, nós temos aqui a possibilidade de perguntar tudo o que esteja no âmbito do BNDES e V.Sa., na qualidade de depoente, de falar aqui a verdade.

Então, eu fico decepcionado com as respostas, com todo o currículo que V.Sa. possui, com todo o respeito que possui por toda a sua trajetória de vida, por não opinar obviamente nesses contratos, nesses *lobbys*, aos quais, na nossa percepção é um *lobby* associado com propina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa., Deputado Alexandre Baldy, Sub-Relator desta CPI.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, cumprimento todos os colegas da CPI, cumprimento o Sr. Miguel Jorge, pela importância da visita de V.Sa. aqui nesta CPI.

Sr. Miguel Jorge, durante o período de 2007 a 2010, o senhor exerceu a presidência do Conselho de Administração do BNDES. Claro que o senhor já respondeu, mas eu queria até repetir um pouco.



Qual a visão que o senhor tem como um consultor sênior, inclusive da sua empresa, mas também de várias atividades que já ocorreram aqui no Brasil, a exemplo de bancos, de empresas automobilísticas multinacionais, uma experiência vasta, qual a sua visão sobre a importância do BNDES para o Brasil?

O SR. MIGUEL JORGE - Eu acho que ele tem a mesma importância do (*ininteligível*) para a Alemanha, da JICA para o Japão, do Ex-Im Bank para os Estados Unidos. Acho que é importante, muito importante para o Brasil. O BNDES é uma instituição que já tem 60 ou 70 anos. Devemos fortalecer cada vez mais o BNDES. Acho que a participação do BNDES no financiamento e no desenvolvimento econômico do país é fundamental.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Qual é a sua visão, na época que o senhor foi Presidente do Conselho, da direção e principalmente do corpo técnico, independente da temporalidade do Governo? Claro que o foco, o senhor é um homem inteligente, já percebeu que existe aqui um embate Governo/Oposição.

Mas essa perenidade do banco, a direção, principalmente o seu corpo técnico, ele fica a dever em relação a outros bancos de porte internacional similar ao BNDES?

O SR. MIGUEL JORGE - Não acredito. Eu vou dar um dado: a inadimplência entre os bancos chega perto de 3%. A inadimplência no BNDES não chega a 0,1%. Ele é menor do que 0,1% — não 1%, é 0,1%. Isso se dá, em grande parte, pela capacidade técnica dos funcionários do BNDES. Não significa que eles sejam 3 vezes melhores ou 30 vezes melhores do que de um banco privado. Mas a preocupação do BNDES com o dinheiro que, no fundo, é dos trabalhadores, para o cara do FAT, que é do Tesouro, portanto, é da Nação, é muito maior do que a preocupação de um funcionário de um banco privado com os fundos que, na verdade, são de uma empresa privada. A minha visão, com muita clareza, é esta, Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Miguel Jorge, durante o período em que o senhor foi Presidente do Conselho de Administração, percebemos aqui o embate ideológico, principalmente do PSDB, em relação a empréstimos firmados em relação a Cuba. O corte é muito ideológico. Quando técnicos e diretores do BNDES vieram aqui, com antecedência, antes de V.Sa., vimos que a maior relação bilateral



econômica do Banco é com os Estados Unidos, e ninguém fez destaque nenhum. Claro que o senhor não vai opinar agora, até por uma questão diplomática, mas todas essas operações, segundo os diretores que vieram aqui e o antecederam disseram, foram operações econômicas importantes e diplomáticas, com nível de inadimplência. Se o senhor tivesse de voltar à administração do Banco e tivesse no seu comando, o senhor faria todas essas operações, que principalmente a Oposição questiona, em relação a países que têm um lastro financeiro, a exemplo não só da Venezuela e de Cuba, que honram seus compromissos?

O SR. MIGUEL JORGE - É uma resposta difícil, porque teria que avaliar as operações, e o Banco, como eu disse, ou melhor, o Conselho de Administração não foi criado para avaliar as operações. Mas, em relação, digamos, ao embate ideológico, que eu acho que não deve fazer parte da discussão do ex-Ministro, que não é nem de um partido nem de outro — aliás, ele não é de um partido —, em relação aos Estados Unidos, Deputado Paulão, 43% das operações em financiamento exterior do BNDES são feitas com os Estados Unidos. A soma de outros 20 países de vários matizes ideológicos não chega aos 43% dos Estados Unidos. Em boa parte, esses 43% se devem a financiamento de operações de venda de aviões da EMBRAER. Portanto, eu acho que é uma falsa discussão essa questão do embate ideológico. É muito técnico. Quando se tem o número 43% e, depois, dotam com 3%, 4%, 5%, 6%, é inquestionável que as operações estão sendo feitas com quem está comprando mais, que são os Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Miguel Jorge, percebemos aqui na fala de colegas que me antecederam questionando uma palavra maldita — e V.Sa. explicitou bem —, até de forma pedagógica, que é a questão do *lobby*. E cita, para reavivar a memória, que o primeiro projeto que tramitou nesta Casa foi de autoria do Vice-Presidente do Governo Fernando Henrique Cardoso, do Estado Pernambuco, o Senador Marco Maciel. Então a questão do corte não é uma questão ideológica. Ele foi Senador do Democratas, apresentou esse projeto. Historicamente, foi V.Sa. que fez um processo da linha do tempo em relação à Presidência, à visita da Rainha Elizabeth, fazendo *lobby* para a Inglaterra, o *lobby* do Presidente Bill Clinton, em relação aos interesses, a questão também da França. Enfim, vários Presidentes fazem essa tratativa diplomática, principalmente num mundo globalizado, complexo,



com uma economia diversificada, e tentam discutir, como pano de fundo, principalmente o foco do famoso destaque entre o *e-mail* que V.Sa., que foi citado e foi respondido aqui.

Então, eu avalio que é positiva a sua visita, entendendo que alguns que me antecederam, na realidade, queriam que o senhor pudesse explicitar não o papel do período em que foi conselheiro, mas tentar ouvir a sua opinião como consultor, que não é objeto do BNDES. O foco desta CPI é discutir o BNDES. Por isso que ela tem um foco definido, determinado e temporal, no sentido de verificar qual o liame que existe, qual foi o mal que ocorreu, em relação, eu diria assim, com maior destaque, a essa rede social onde aparece o *e-mail* que cita o nome de V.Exa. supostamente levantando, vamos dizer assim, um processo especulativo que o ex-Presidente Lula estaria fazendo *lobby* em relação ao Brasil, a um país e que envolve o BNDES.

Era importante, mais uma vez, V.Sa. esclarecer.

O SR. MIGUEL JORGE - Deputado, eu direi o seguinte: eu fiz cerca de 10, 12 grandes missões comerciais nos 4 anos como Ministro e foram para países onde nós temos mais capacidade de vender produtos, países da África — não uma escolha aleatória, não dá para fazer uma missão comercial com pequena, média empresa brasileira para os Estados Unidos. Não dá para fazer uma grande missão comercial do Brasil com a Alemanha. Então, nós procuramos regiões em que nós pudessemos vender produtos produzidos no Brasil, inclusive, embora de médio e alto valor agregado, que esses países tivessem possibilidade de comprar. Fizemos missões para a África, fizemos missões para a América Latina, incluindo México, América Central e América do Sul e fizemos missões para o Oriente Médio. Foram cerca de mil empresas levadas a esses lugares. E como não há ligação entre os países da África, por exemplo, não se consegue ir da Nigéria para Angola, não se consegue ir da Angola para Moçambique. É preciso, muitas vezes, ir à Europa e pegar um avião de volta. Sair da Nigéria, ir para a Europa e pegar um avião para ir para Angola. Aí comecei a usar o “sucató”, que não é um avião de alta qualidade, não tem nem um tipo de classe, é uma classe só, muitas vezes o ar condicionado não funcionava, ficava muito quente, ou funcionava e ficava muito frio, mas iam 100 empresas médias e pequenas, que não teriam outra maneira de ir para expor os seus produtos, a não ser assim. Com isso, nós visitávamos, em uma semana, cinco



países. Foram mil empresas. No caso da África, por exemplo, nós passamos de 5 para 20 bilhões de dólares, o fluxo comercial. Com o Oriente Médio, um pouco mais do que 20 bilhões de dólares, porque nós tínhamos capacidade de vender e íamos vender, não sei se porque — com todo o respeito pelo Vice-Presidente Miguel Haddad, com todo o respeito não, porque eu tenho honra — o meu pai foi um mascate até os 15 anos de idade, pelo interior de Minas Gerais, lá em Juiz de Fora. Eu também mascateei pelo Brasil no mundo todo e não só mascateei como fiz o que é chamado, no mundo todo, de diplomacia comercial. Descíamos num país, com um avião enorme, que ninguém sabia que tinha quase 60 anos e que não podia viajar mais para os Estados Unidos nem para a Europa, por causa da poluição e por causa do barulho que ele fazia, mas descia com um enorme escrito “Força Aérea Brasileira” e as Armas da República. Isso impunha um grande respeito e facilitou muito o trabalho dos nossos exportadores, dos nossos vendedores. Para V.Exa. ter uma ideia, Deputado, eu citei Juiz de Fora aqui e me lembrei por causa disso. Nós vendemos água mineral... Uma empresa pequena de Juiz de Fora vendeu água mineral na África do Sul. Os apicultores do Piauí que fazem — e eu não sabia disso, fiquei sabendo numa dessas missões — um mel, as abelhas deles fazem, um mel de excepcional qualidade, exportaram mel de abelha do Piauí para a África. Uma empresa do norte do Paraná exportou goiabada e marmelada para a África. Nós fizemos esse esforço, esforço tem que ser feito por todos os países. Esse *e-mail* a que V.Exa. se referiu é parte desse processo, deveria ter substituído a palavra por diplomacia comercial, embora, talvez, não fosse tão fácil de entender, mas, de qualquer forma, eu volto a dizer que a palavra foi demonizada. Pois não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Questão de ordem, Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - É para esclarecer que o nobre colega Deputado Paulão comenta aqui uma suposição à questão da troca de mensagens entre o ex-Ministro Miguel Jorge e o executivo da empreiteira. E, na realidade, aqui o Sr. Miguel Jorge confirma o ato, a troca de mensagens que se referia ao Ex-Presidente Lula fazendo *lobby* na Namíbia.



Então, não é uma suposição. Foi um ato consumado, realizado e, portanto, uma verdade consumada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, para concluir, na realidade, a correspondência foi feita, e o Sr. Miguel Jorge fez a correção. Na realidade, era uma realização comercial. E a prova é tanta, repito, que o Senador de Pernambuco Marco Maciel do DEM, Vice-Presidente do Fernando Henrique Cardoso, tentou implementar esse projeto nesta Casa.

Então, a gente teria que verificar o foco. Qual o foco da CPI? Ocorreu a correspondência. A pergunta é: existe crime? Pelo que se percebe aqui em todo o processo da CPI, desde o Presidente, que foi convidado, os diretores, o corpo técnico, vários convidados, outros integrantes do próprio Conselho do BNDES, e V.Sa. fazendo essa avaliação, é uma relação de ordem comercial.

Claro que o momento conjuntural da política, da economia está tão azedo, tão complexo, que qualquer palavra um pouco mais forte muitas vezes distorce a boa política.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Paulão.

Passo a palavra para o próximo orador inscrito Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Miguel Jorge, ex-Ministro do MDIC, eu tenho, primeiro, três perguntas para fazer.

No tempo em que o senhor passou como Ministro do MDIC houve interferência política nas decisões? Faça uma distinção: uma coisa é a definição da política do BNDES. A política do BNDES deve se dar por quem é legitimado pelas urnas. Na orientação geral dos órgãos públicos é correto que se faça a política. Assim como no Governo Fernando Henrique, a política do BNDES não era do investimento, era do desinvestimento, era financiar o desinvestimento através da privatização.



Nesse Governo, legitimado pelas urnas, houve outra política. Não estou discutindo essas decisões políticas, que são políticas de Governo. O que eu questiono aqui é o seguinte: no que diz respeito às decisões administrativas da concessão ou não de um determinado financiamento ou de um determinado empréstimo pelo BNDES, o senhor, no Ministério, fez alguma intervenção ou interferência nesse sentido? Ou o senhor acompanhou algum tipo, presenciou algum tipo de ação do Governo no sentido de beneficiamento específico de empresas que não estivesse relacionado a uma decisão da política geral?

O SR. MIGUEL JORGE - Não, não acompanhei. E, como eu disse há bastante tempo, a avaliação é feita por um comitê, o COFIG, que tem o Secretário-Executivo do MDIC, tem o Ministério da Fazenda, pela Secretaria de Assuntos Internacionais, tem o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Planejamento, a Casa Civil, o Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro. Quer dizer, o Ministério da Fazenda tem duas secretarias no COFIG. Depois das avaliações técnicas feitas por esse comitê, um comitê de financiamento e garantia das exportações, esse assunto vai para a CAMEX, formada por Ministros também, um comitê formado por vários Ministros, já com o encaminhamento para aprovação ou não desse financiamento. Portanto, não há; não há também no BNDES essa interferência política. Embora isso possa fazer parte de uma política nacional, não há por parte do Ministério do Desenvolvimento e não acredito que haja por parte de outros Ministérios a interferência política. Se houvesse, Sr. Deputado, nós saberíamos e já teria sido informado, já teria vazado, digamos assim. Nunca houve.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Segunda pergunta: o desembolso do Tesouro Nacional para o BNDES iniciou-se durante a sua gestão, sendo 100 bilhões de reais, em 2009. Como é que o senhor avalia esses desembolsos e o papel que esses desembolsos do Tesouro Nacional tiveram na política, na expansão e no dimensionamento das ações do BNDES?

O SR. MIGUEL JORGE - Primeiro, Deputado, foram... Em 2 anos, até 2010, foram 100 bilhões. E eu cito aqui o efeito, não na política do BNDES, mas no País. Em 2008, 2009, como já me referi, eu já referi aqui, nós passávamos pela maior crise financeira, desde a quebra da bolsa em Nova Iorque, que arrasou o Brasil



naquela época. O programa de sustentação do investimento permitiu que nós passássemos, não diria com tranquilidade, mas bem por essa crise. Os números são números muito robustos. O emprego formal, em 2008, foi 2 milhões — a criação de empregos formais. Em 2009... Aliás, em 2008, foi 2,4 milhões. Em 2009, caiu para 1 milhão e 800. E, em 2010, cresceu para incríveis 2 milhões e 800 mil empregos. O crescimento do PIB, em 2010, foi de 7,5%. Nós falamos em crescimento de emprego. A Espanha, nessa época, tinha, e tem até hoje 50% dos jovens entre 18 e 25 anos desempregados. A Espanha tem índice de desemprego hoje de cerca de 20%. Nem se pensou em sair da crise na Espanha, e em outros países europeus. Portanto, esse programa que permitiu, que manteve a venda de caminhões, de ônibus, de colheitadeiras, de ceifadeiras, de tratores dos vários tipos, inclusive, começando com tratores de 75 HP, que foram importantes para agricultura familiar, passando por máquinas de bem de capital, foi importante para que nós pudéssemos passar por aquele período que foi muito difícil.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - A última pergunta. O senhor considera que foi na sua gestão que se iniciou essa chamada política de campeões nacionais através da política de desenvolvimento produtivo? Como o senhor observa essa política dos chamados campeões nacionais?

O SR. MIGUEL JORGE - Eu acho que todo o país, um país competente, um país desenvolvido, tem que ter multinacionais. Nós não tínhamos multinacionais. Nós tínhamos uma ou duas empresas, uma empresa inclusive de São Paulo, uma empresa na área de autopeças que tem duas ou três fábricas na Alemanha, mas isso não se pode chamar de uma multinacional. Nós tínhamos que ter empresas robustas, competindo no mercado global. E, para competir no mercado global, é preciso robustez, é preciso ter capacidade técnica, é preciso ter capacidade operacional, é preciso ter financiamento. Acho que essa política que hoje pode ser muito criticada ela mostrou a que veio. Nós temos hoje uma empresa de carnes que é a maior empresa de carne do mundo. Tem a participação do BNDESPAR nela? Tem sim. Agora, a globalização nos obriga a fazer isso. Nós ainda não temos, embora a política de competição nacional seja tão criticada, ela nunca ocorreu de fato. Nós não temos multinacionais no Brasil como há 120 anos. Há empresas alemãs no Brasil, Deputado, há 120 anos, há empresas americanas há 100 anos, há



empresas suecas há 80 anos, e nós não temos isso. Há 80 anos, nós éramos um país, para usar um termo até prosaico, agropastoril. Nós temos que sair disso. Nós temos que realmente sair para o mundo. O Brasil é uma das maiores economias do mundo e tem que mostrar isso por meio de suas empresas no exterior.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, para concluir, portanto, eu gostaria de fazer, em função dessas três perguntas, três observações.

Primeira, mais uma vez aqui fica comprovado o acerto da política de abertura de mercado por parte do BNDES.

Essa política muito bem caracterizada aqui pelo Sr. Miguel Jorge, ex-Ministro, que é um falso debate sobre o *lobby*. O *lobby* é real, a disputa comercial é real, a disputa comercial implica ter os instrumentos de Estado para a expansão comercial de um país.

Portanto, nessa primeira discussão ficou claro aqui, mais uma vez reafirmado, que o BNDES participou, como elemento estratégico, como outros bancos de financiamento participaram no mundo, de um instrumento de expansão comercial que o Brasil precisa, e é necessário fundamental para qualquer país desenvolvido do mundo. Aliás, nós somos até tímidos nessa relação de investimentos internacionais.

Segundo, a formação bruta de capital fixo no País e as políticas anticíclicas dependem de financiamento de participação do Estado. Não só o exemplo da GM que foi dado aqui, mas diria mais, na crise do subprime, da participação do Governo norte-americano, foram alguns trilhões fundamentais de política anticíclica. E, mesmo na formação bruta de capital fixo nesses países, os papéis dos bancos de desenvolvimento são fundamentais. E não podemos fazer — desculpem-me os colegas — essa conta rasa do meio trilhão. Isso aí tem que ser feito na dimensão do que isso gerou de valor agregado no País, durante esse período, porque é muito fácil: houve um aporte do Tesouro Nacional. Sim, mas houve um aporte para quê? Para jogar dinheiro pela janela ou para fazer investimentos? Porque se o retorno não viesse e, aliás, se não houvesse taxas diferenciadas de juros, não haveria investimento na formação bruta de capital fixo. Volto a dizer: com essas taxas de juros do Brasil, se não existir uma política diferenciada de um banco de desenvolvimento, não haverá formação bruta de capital fixo no País.



Portanto, a taxa de inadimplência baixa dá uma demonstração de que esse banco, o BNDES, é um centro de excelência. Nós não tivemos desperdício. Não tivemos prejuízo e, até este momento, as supostas irregularidades não se evidenciaram, porque se houvesse supostas irregularidades até o momento nós estaríamos vendo prejuízo do banco. Nós não estamos tendo prejuízos no banco. Mesmo os supostos prejuízos para o Tesouro Nacional foram investimentos na área da formação bruta de capital fixo necessário para o desenvolvimento nacional.

Por último, uma justificativa neste debate sobre a participação do BNDES em empresas. Se pegarmos a história do BNDES, a sua grande participação começa quando ele foi alçado à necessidade de cobrir espaços que havia no mercado de capitais no Brasil.

Quando ocorreu isso? Quando ele começou a atuar como instrumento estratégico da participação de empresas? No período das privatizações. Aí se iniciou o grande caminho do BNDES, através do BNDESPAR, para participar das empresas. Aí que ele foi alçado à necessidade de cobrir uma dificuldade do Brasil, uma deficiência, uma limitação, no seu mercado de capitais.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou satisfeito com a apresentação e com as justificativas. É claro que talvez não atenda às necessidades das convocações, porque a necessidade é que, na verdade, cada vez mais, que uma pessoa vem aqui falar sobre o BNDES, reforça a nossa opinião de que as tais supostas irregularidades, cada vez mais, ficam colocadas aí como instrumento mais de intenção, mais de especulação do que de realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Davidson Magalhães.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fabio Reis.

O SR. DEPUTADO FABIO REIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer algumas perguntas, apesar de uma ou outra já ter sido feita pelos Deputados que me antecederam. Serei bastante breve.

Sr. Miguel Jorge, diante do que já se sabe de desvio e de corrupção, o que o senhor acha possível separar do que é *lobby* e do que é crime nessas contratações?

Eu farei todas as perguntas logo, Sr. Presidente, para que adiantar.



Por que vocês priorizaram operações externas, sendo o Brasil tão carente em infraestrutura? Por fim, a quem interessa, Sr. Jorge, a ausência de transparência no BNDES?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Fabio.

Passo a palavra ao Sr. Miguel Jorge.

O SR. MIGUEL JORGE - Deputado Fabio Reis, separar *lobby* do que é corrupção, me parece que é bastante fácil. *Lobby*, que eu digo, na verdadeira acepção da palavra *lobby* ou da diplomacia comercial, que é o termo mais correto a ser usado. Por que propiciar financiamentos externos quando nós temos problemas de infraestrutura? Os financiamentos externos do BNDES são a mínima parte dos financiamentos do banco. São 2% do total de financiamentos. A imensa maioria são financiamentos feitos no Brasil. Nós temos um problema no Brasil. O BNDES já disse isso, os diretores do BNDES, o presidente do BNDES, não só o atual presidente, mas os presidentes anteriores. Nós temos um problema de base no Brasil: nós não temos capacidade de fazer projetos. As Prefeituras têm dinheiro disponível no Governo Federal, e não conseguem esse dinheiro, porque elas não conseguem fazer o projeto completo para que se apresente o dispêndio para a Prefeitura. A mesma coisa acontece com o Estado. A infraestrutura em São Paulo, por exemplo, a linha do metrô está recebendo financiamento do BNDES. Eu acho que nós precisamos resolver primeiro essa nossa capacidade de fazer projetos. As grandes empresas brasileiras de projetos que existiam neste País, as Hidroservices, a Promon, etc., todas desapareceram numa época em que passamos por crises muito acentuadas de alta inflação, em que as obras acabaram no Brasil, não havia obra em lugar nenhum no Brasil. Essas empresas que viviam de projetos feitos para obras desapareceram. Foi uma das razões pelas quais as empresas de construção foram para o mercado externo, porque não havia obra no Brasil. Há empresas em que o faturamento é muito maior fora do Brasil do que no Brasil. Há uma empresa construtora de Minas Gerais que fatura num país africano — e sem dinheiro do BNDES, porque aquele país que descobriu petróleo há 15 anos, paga diretamente à empresa — seis vezes mais neste país do que fatura no Brasil. E por que ela foi



para esse país? Porque há 15 anos, 20 anos não havia mais obras no Brasil. A última questão era sobre...

O SR. DEPUTADO FABIO REIS - A quem interessa a ausência de transparência no BNDES?

O SR. MIGUEL JORGE - A ausência de transparência. Eu não considero que haja ausência de transparência no BNDES. Eu acho que ele é transparente, muito transparente. Entre os bancos de desenvolvimento do mundo, é fácil fazer essa comparação, Sr. Deputado. Os dados estão na Internet, ele é o mais transparente de todos.

O SR. DEPUTADO FABIO REIS - Obrigado, senhor.

O SR. MIGUEL JORGE - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Com a palavra o próximo Deputado inscrito, Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós, ao longo dos trabalhos desta Comissão, temos aqui enfrentado um debate que, por repetidas vezes, buscou-se incluir o BNDES dentro da Operação Lava-Jato, das empreiteiras envolvidas na Operação Lava-Jato. Esta tem sido, inegavelmente, uma sistemática constante nesta Comissão.

Primeiro, como é do comportamento habitual desta Comissão, eu pergunto ao Sr. Miguel Jorge, se quando a empresa A vai buscar um financiamento junto ao BNDES — nós sabemos que o BNDES financia projetos —, se neste momento está entre as atribuições e entre as exigências da instituição financeira analisar se aquele projeto tem 1% ,2%, 5% ou 10% acima do preço que seria normal. Se entre as atribuições do BNDES também estaria a de analisar a valoração do projeto apresentado.

Segundo, outra coisa que muito se discute aqui, sabemos que na questão da Lava-Jato há inegavelmente um arranjo de empresas, o que leva à fraude no processo licitatório. E aí eu pergunto: o BNDES, para conceder um empréstimo à empresa A, que está buscando financiamento ao projeto B, é obrigado a examinar o processo licitatório, o qual originou aquele projeto ou aquele contrato com o Governo tal, ou com a PETROBRAS, ou com outra empresa qualquer? Essas duas perguntas. Eu gostaria de ouvir de V.Sa.



O SR. MIGUEL JORGE - Desculpe, Deputado, o senhor poderia reformular de novo a primeira?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - A primeira é se quando a empresa vai buscar financiamento para um projeto... Vamos explicitar aqui. Eu repito: esta Comissão até agora não achou no que se apegar naquilo que achavam que seria a CPI do fim do mundo com BNDES. Hoje há notadamente uma disposição de grande parte desta Comissão em arrastar o BNDES para dentro da situação das empreiteiras da PETROBRAS, coisa com que este Deputado obviamente não concorda.

Por isso, eu lhe pergunto: quando o BNDES injetou dinheiro na Odebrecht para executar as obras de uma refinaria de petróleo da PETROBRAS, em Recife, por exemplo, o BNDES seria obrigado a analisar o preço daquele projeto? Hoje sabemos que se incluía um determinado percentual para a corrupção dentre diversos participantes nessas obras. E aí muitos querem que o BNDES também seja responsabilizado por esse sobrepreço. Então eu lhe pergunto: o BNDES também é obrigado a analisar custo de projeto? Segundo, o BNDES também analisa processo licitatório de eventual projeto que lhe é apresentado e que tenha passado por um processo licitatório em alguma das estatais?

O SR. MIGUEL JORGE - Do que sei, Deputado — vou começar de trás para frente, respondendo à segunda pergunta —, não me consta que o BNDES, a não ser que eu esteja muito enganado, faça avaliação do processo licitatório, que é feito por órgãos controladores, como o Ministério Público, o TCU, etc. Portanto, quando a licitação está publicada e não tem nenhum problema, o BNDES vai aceitar aquela licitação, embora, direi ao senhor, não sem medo de errar, não tenho certeza de que não avalie. Na minha opinião, não avalia, mas é uma opinião. Eu posso inclusive confirmar depois...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Mas isso não estaria dentro das competências do BNDES? É isso o que eu estou lhe perguntando.

O SR. MIGUEL JORGE - Em princípio, não. Em princípio, não. Não é o princípio da razoabilidade isso. Em relação à análise do custo de projeto, sim, o BNDES faz essa análise. O BNDES atua para projetos — eu estou falando de financiamento no Brasil de grandes obras, de grandes licitações de hidrelétricas e do



tipo — e ele paga de acordo com a obra realizada. É mais ou menos... Eu comprei a minha casa, na qual eu estou há 40 anos, na época pela Caixa Econômica. O meu dinheiro acabou. Eu fiz 15% da casa, e pedi um empréstimo da Caixa Econômica. Eu tive uma dificuldade grande e vendi tudo o que eu tinha, carro e tudo, porque a Caixa Econômica só me pagava depois que ela fosse lá ver e verificar se eu tinha feito aquela parte que eu dizia que tinha feito. Aí ela me pagava aquela parte. Com isso, eu fazia mais 10% ou 15% da casa. A Caixa ia lá, verificava se eu tinha feito, e pagava. E aí terminei a minha casa. Com o projeto do BNDES é o mesmo. Quando nós estamos falando de 1% ou 2%, numa obra de 20 bilhões, 30 bilhões, é uma enorme quantidade de dinheiro. Não acredito — também vou falar pessoalmente, é uma opinião pessoal — que o BNDES tenha capacidade de detectar um sobrepreço de 1% numa obra de construção de enorme porte. Essa é uma opinião pessoal, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Resumindo, pela experiência que o senhor tem pela sua passagem no BNDES e em outras tantas instituições expressivas e importantes, o senhor afirmaria a esta CPI que é um equívoco querer enfiar o BNDES dentro da corrupção instalada na PETROBRAS? Uma ou outra obra financiada pelo BNDES dentro da PETROBRAS, de uma empresa que estava executando a PETROBRAS, os seus empreiteiros e outros agentes, inclusive da própria PETROBRAS, afirmam que ali havia um acerto de acréscimo de 1% para fazer frente à corrupção. É um equívoco querer responsabilizar o BNDES nessa situação?

O SR. MIGUEL JORGE - Eu diria que sim.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Com a palavra o próximo inscrito, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, quero fazer algumas considerações antes das perguntas. Primeiro, falou-se muito aqui em *lobby*, inclusive se tentou justificar como algo absolutamente normal, visto que outros ex-líderes nacionais, representações de países importantes assim o fazem. A questão em si não é esta: se se faz a defesa ou não se faz a defesa de empresas nacionais. Acho que é legítimo fazer a defesa do interesse econômico de um País.



O que não é correto — aí é preciso dizer isso muito claramente, porque a gente não pode beirar o cinismo — é ver as autoridades se beneficiarem financeiramente desses favores que são feitos.

Aqui nós estamos vendo todos os dias denúncias, com comprovação inclusive de que parentes do ex-presidente da República recebem valores por parte de empreiteiras, que o ex-presidente da República foi amplamente favorecido nas suas empresas, com recursos oriundos dessas empreiteiras. Isso, evidentemente, pode até não ser ilegal, mas certamente é imoral. Essa é a primeira questão que eu acho precisa ficar muito clara, porque não estamos simplesmente fazendo aqui a condenação ou dizendo que é um equívoco fazer a defesa das empresas nacionais. O que não se pode é haver benefícios, como está acontecendo neste momento, neste caso específico, em função de favores que se prestam a algumas empreiteiras.

Depois, evidentemente, nós queremos também levar em consideração que, muito embora a CPI tenha o foco aqui de investigar irregularidades na aplicação de recursos do BNDES, fica claro também que essa política de *campers* nacionais nos levou a essa situação de amplo desequilíbrio fiscal. São bilhões de reais subsidiados que levaram o País ao desequilíbrio fiscal, comprovado pelas pedalas e atestado pelo Tribunal de Contas da União.

Nós temos no Brasil o Bolsa Empresário, que foi instituído neste Governo e gerou um grande prejuízo ao Tesouro Nacional. E o banco pode não ter tido prejuízo, como aqui está tentando se afirmar, mas a sociedade brasileira vai arcar com esse preço. Só em 2016, teremos 38 bilhões de reais que o Tesouro Nacional vai ter que cobrir em função de subsídios. E é bom se dizer, ao contrário do que se afirma aqui, que essa política de subsídio não aumentou o investimento privado no Brasil. há estudos mostrando isso inclusive. Pelo contrário, o País está passando por um processo de desindustrialização. Isso é analisado e avalizado por vários estudiosos da economia brasileira.

Portanto, é preciso ter clareza de que esta política gerou desequilíbrio fiscal, sim, e gerou concorrência desleal em alguns setores da economia. Essa é uma primeira consideração que eu queria fazer.



Queria também pedir aqui ao Dr. ex-Ministro Miguel Jorge que ele fizesse uma consideração em relação à MP 471. Segundo documentos obtidos pelo jornal *Estadão*, essa MP, que foi responsável pela prorrogação de incentivo fiscal do setor automobilístico no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, teria sido comprada mediante *lobby*, em corrupção, para beneficiar algumas montadoras, algumas empresas ligadas ao setor automobilístico, como a MMC e a CAO A.

Essa medida provisória inclusive foi encaminhada aqui ao Congresso Nacional com a assinatura de V.Sa. Inclusive há a afirmação de que teria custado essa MP algo em torno de 36 milhões de reais. Evidentemente, esse setor automobilístico é um dos grandes detentores de financiamentos oriundos do BNDES. Eu, evidentemente, gostaria que V.Sa. fizesse uma consideração sobre esse fato, esse episódio, porque isso é de extrema gravidade, e a sua presença aqui nos ajuda a poder entender e elucidar um pouco esse assunto. Então, é o primeiro questionamento que eu queria fazer.

O SR. MIGUEL JORGE - Já é para responder?

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Por favor.

O SR. MIGUEL JORGE - Deputado, boa pergunta essa. Essa MP foi desenvolvida pelos técnicos da Fazenda e do MDIC. E do que eu sei e do que me lembro, ela foi aprovada, foi enviada para a Casa Civil e, da Casa Civil, enviada para o Congresso, depois as assinaturas. E foi aprovada como ela tinha sido escrita, tanto pelos técnicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, quanto pelos técnicos do Ministério da Fazenda. Então, foi com enorme surpresa que eu vi essa informação do *Estado* de que a medida provisória tinha sido comprada. Ela foi votada e foi aprovada pelo Congresso. Não me parece ser razoável que os vários funcionários do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e os da Fazenda tenham recebido algum dinheiro para fazer alguma mudança, propor alguma mudança na medida provisória. Ela gerou um benefício para a Região Nordeste e ela tem um ponto importante que ninguém fala, ninguém digo, principalmente, *O Estado*, um jornal que eu até conheço bastante bem, não falou: ela propõe uma redução no incentivo ao longo do tempo e, mais do que isso, ela exige que 10% dos incentivos sejam aplicados em pesquisa e desenvolvimento na região. Isso, por todas as informações que eu tenho, está acontecendo.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Ministro, a questão não é a qualidade da medida provisória, até porque nós concordamos que ela é importante, inclusive, para a minha Região Nordeste é fundamental, porque ajudou e estimulou a fábrica da Fiat.

O SR. MIGUEL JORGE - Sim.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas a questão em si é exatamente essa acusação de um *lobby* que foi feito de recursos que foram pagos para aprovar a medida provisória. Inclusive a matéria cita que o filho do ex-Presidente da República teria recebido 2,4 milhões. Eu lhe perguntaria se esse tipo de *lobby* é saudável para o nosso País.

O SR. MIGUEL JORGE - Se isso ocorreu, Deputado, evidentemente não pode ocorrer, porque isso não é *lobby* inclusive. Isso aí se chama tráfico de influência. Embora não tenhamos uma lei que regulamente o problema, o *lobby*, nós temos no Código Penal a consideração de que tráfico de influência é crime. Então, isso que teria ocorrido, se ocorreu, teria sido crime. Agora, pessoalmente, eu acho muito difícil que a medida que saiu do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento, com aquele texto, que foi para a Casa Civil, da Casa Civil foi para o Congresso e foi aprovada, sem modificação... Como é que ela pode ter sido vítima de tráfico de influência? Eu tenho uma teoria, mas vou me abster...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Por favor, ajude-nos a entender a esse processo.

O SR. MIGUEL JORGE - O senhor já viu aquela história do camarada que vende vagas no vestibular para quem vai fazer exame de Medicina e que, na maioria das vezes, ele não vendeu vaga nenhuma? Se passou, cobra; se não passou, fala: "*Olha, houve um problema e...*"

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - O senhor acha que a base do Governo também me deu ilusão para...

O SR. MIGUEL JORGE - Não sei se a base do Governo. Eu acho que pode ter acontecido aí que algumas pessoas... Quando eu estava em *O Estado de S. Paulo*, ainda no tempo do Presidente Figueiredo, na ditadura, fomos procurados, o Júlio de Mesquita Neto, que era o meu chefe. E eu, porque o Presidente Figueiredo estava desesperado porque uma determinada pessoa o procurou para dizer que O



Estado tinha um completo dossiê sobre um dos filhos dele, que era até chamado de polêmico, que estava pronto para publicar aquela reportagem, estava no cofre do jornal, eram três volumes de dossiê, e que *O Estado* publicaria aquilo não no próximo no domingo, mas no outro domingo. Essas denúncias, naquela época, eram publicadas no domingo, que era o dia de maior leitura, que já nem é muito hoje. Nunca tinha havido um dossiê contra o filho do Presidente Figueiredo. E essa pessoa informou inclusive — o contato com o Presidente Figueiredo — quanto ele queria para que o dossiê não fosse publicado. *O Estado* nunca tinha tido um dossiê. Ele fez isso baseado no fato de que dificilmente ou impossivelmente iria alguém perguntar ao Júlio de Mesquita Neto: “*Olha, você tem um dossiê contra o filho do Presidente? Vai publicar o dossiê?*” E ia pegar algum dinheiro fácil.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Ministro, só mais a última pergunta para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Está dentro do seu tempo.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Muito obrigado.

O Diretor do BNDES Sr. Julio Cesar Raimundo disse aqui nesta CPI que, no caso do apoio à internacionalização de empresas, mais especificamente na escolha dos *campers* nacionais, o banco apenas executou uma política pública, decidida em escalões superiores do Governo Federal. Ou seja, segundo ele, esse tipo de atuação não foi definido no âmbito do BNDES. Eu perguntaria a V.Sa. se pode informar quem no Governo foi o responsável pela referida política de internacionalização de empresas brasileiras, se foi alguém do Palácio do Planalto ou se foi o Ministério propriamente comandado por V.Sa.

O SR. MIGUEL JORGE - O bojo dos *campers* nacionais surgiu da Política De Desenvolvimento Produtivo, que foi desenvolvida e aplicada pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Tinha 38 setores que estavam fazendo parte da Política De Desenvolvimento Produtivo, que faziam reuniões quinzenais no Ministério com 40, 50, 60 empresas, para discutir os setores, suas capacidades, suas fraquezas, suas fortalezas, etc. — o seu planejamento de longo prazo. Saiu daí, não saiu do Palácio do Planalto, não saiu do Ministério da Agricultura. E quem era o principal responsável pela implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo? Era o próprio BNDES. Inclusive a política foi lançada na sede do BNDES,



no Rio. Então, era assim. Saiu de uma parceria muito próxima, que não faz parte inclusive das atribuições do BNDES especificamente, nem do Ministério do Desenvolvimento especificamente, mas uma conjunção de fatos que levaram a que essa Política de Desenvolvimento Produtivo fosse implementada pelo BNDES.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, obrigado. Estou satisfeito.

O SR. MIGUEL JORGE - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - O próximo Deputado inscrito é o Deputado Sérgio Vidigal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, Deputado Miguel Haddad, Sr. Relator, Deputado José Rocha, quero aqui também cumprimentar o ex-Ministro do MDIC, Sr. Miguel Jorge, e saudar os demais Parlamentares.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Miguel Jorge.

O BNDES perdeu um total estimado em mais de 2 bilhões, ao fixar taxas de juros ilegalmente baixas para obras de construtora em países de grau especulativo. A informação é do Ministério Público junto com o Tribunal de Contas da União.

O órgão responsável por aferir gastos públicos entrou em representação no TCU pedindo a suspensão inclusive da linha de 12 bilhões de dólares, destinados à exportação de serviços de engenharia. O Ministério Público alega que os empréstimos estão corroendo os recursos do FAT, que é dinheiro do trabalhador, e, segundo a Constituição Federal, pode ser usado pelo BNDES, mas deve ter seu valor preservado.

Sabemos que a linha de serviços de engenharia do BNDES cresceu muito no período em que V.Sa. era Ministro. Qual a sua visão sobre a exportação de serviços de engenharia para outros países com juros abaixo dos praticados no Brasil? O senhor tinha conhecimento de que, para fazer tais parcerias no exterior, o BNDES utilizava supostamente recursos do FAT de forma indevida, como apurou o TCU?

O SR. MIGUEL JORGE - Primeiro, Deputado, considerar que o BNDES tenha perdido 2 bilhões não me parece uma conclusão muito correta, porque, na exportação dos serviços de engenharia, há uma grande quantidade de bens que são exportados junto com os serviços de engenharia. Aliás, são exportados antes dos serviços de engenharia: as máquinas, os equipamentos, etc., que são vendidos, e



todas as brasileiras são exportadas antes inclusive que se comecem as obras. Elas são exportadas para se fazer a obra. E aí estão, por exemplo, tubos de aço ou ferro, para transmissão de materiais, caminhões, ônibus, tratores, grandes equipamentos pesados para as obras, além de milhares de pequenas empresas que, por exemplo, exportam... É trivial? É trivial. Exportam milhares de óculos de segurança para operários, exportam capacetes de segurança, uniformes de operários, botinas de trabalho e de segurança. Portanto, a conta deveria ser feita por completo. O que é que trouxe de benefício, em termos de exportação, esse projeto de financiamento feito ao exterior? Segundo, os 100 bilhões de dólares permitiram... O senhor citou o FAT, que eu citei também aqui, como um importante fator de financiamento do BNDES. Grande parte dos financiamentos do BNDES criam emprego e mantêm emprego; eles criam renda. Então, eles são, na verdade, um retorno ao próprio trabalhador. Em relação ao valor, melhor dizendo, ao índice de juro cobrado no exterior e juro cobrado no mercado interno, o juro cobrado no mercado interno se baseia na SELIC. Os juros que o BNDES e que todas as agências de fomento à exportação em todo o mundo usam são os juros especiais — no caso nosso, TJLP mais Libor —, que são muito menores. É por isso que nós podemos, por exemplo, cobrar um juro de 2%, 3%, quando o juro interno está em 6%, 7%, 8%, 9%, 10%. Não se pode fazer a comparação, porque todos esses negócios são feitos em dólar, entre o juro no mercado externo e o juro no mercado interno. Uma das razões que nós temos hoje para o problema das empresas brasileiras são as altas taxas de juros. Nós temos que tentar fazer o possível para que essas taxas de juros caiam, para que a economia possa ir voltando ao normal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Mas o senhor concorda que esses empréstimos feitos em outros países o foram com recursos subsidiados do povo brasileiro?

O SR. MIGUEL JORGE - Não diria que foram subsidiados. Eles deram retorno ao BNDES. As garantias foram todas dadas. O dinheiro voltou para o Brasil. Não acredito que o BNDES tenha tido prejuízo e, portanto, o povo brasileiro ou o trabalhador brasileiro tenha tido prejuízo com essas operações.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Miguel, o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, esteve aqui na CPI. Ele afirmou que o banco não está sofrendo



nenhuma exposição a risco por ter financiado empresas investigadas pela Operação Lava-Jato. Ocorre que a principal preocupação da população brasileira não reside unicamente na inadimplência das dívidas contratadas, mas principalmente no financiamento da corrupção com o dinheiro público. Isso porque muitas empresas envolvidas no pagamento de propinas pegaram empréstimos a juros baixíssimos e ainda não tiveram seus financiamentos rescindidos.

Durante a gestão de V.Sa., qual a política do MDIC para evitar que o dinheiro emprestado fosse desviado? Exige-se algum acompanhamento da execução financeira dos recursos disponibilizados?

O SR. MIGUEL JORGE - Sim, existe um acompanhamento financeiro da execução da obra, e o próximo pagamento dessa obra só é feito depois que o BNDES verifica que determinada parte da obra foi feita. Portanto, há um acompanhamento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Considerando a impossibilidade de a negociação dos financiamentos ser puramente técnica, uma vez que os recursos são limitados, quais as diretrizes políticas que permitiram a disponibilização dos recursos às empreiteiras da Lava-Jato?

O SR. MIGUEL JORGE - Que permitiram... Eu não entendi, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Os recursos são limitados, não é verdade? Eu queria saber quais são as diretrizes políticas do banco que permitiram a disponibilização de recursos às empreiteiras da Lava-Jato.

O SR. MIGUEL JORGE - Na minha opinião, não houve uma disponibilização de recursos para as empreiteiras da Lava-Jato. Houve disponibilidade de recursos para empresas de vários tipos, de muitos tipos. Se nós formos considerar a carteira do BNDES, em que são cerca de novecentas, quase mil empresas atendidas — nós temos aí quatro, cinco, seis empresas envolvidas na Lava-Jato —, não se pode dizer que havia uma disponibilização de recursos para as empresas da Lava-Jato. Houve problemas? Houve problemas. Agora o que nós temos que fazer é investigar e punir os culpados por esses desvios.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - E o senhor acha que houve intermediação da PETROBRAS nesses financiamentos, via BNDES, para essas empresas?



O SR. MIGUEL JORGE - Intermediação da PETROBRAS?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - É.

O SR. MIGUEL JORGE - Não... não posso responder. Eu não tenho a menor possibilidade e capacidade para responder a isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - O Sr. Aldo Musacchio, professor da Harvard Business School, e o Sr. Mansueto Almeida, especialista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, afirmam que o BNDES deveria ser guiado por uma lógica diferente da usada pelo setor privado, menos baseada no retorno e mais direcionada à criação de tecnologias novas, que não seriam desenvolvidas na ausência dos incentivos. Todavia, observa-se o contrário: as grandes apostas do BNDES nos últimos anos têm sido em empresas que atuam na área de *commodities*, em que o Brasil já é forte e já tem vantagens comparativas. E o que é pior: o setor de *commodities* é extremamente dependente do crescimento do PIB chinês, que tem desacelerado no momento. Durante a gestão de V.Sa., o que motivou essa política de direcionamento de recursos que ignorava a inovação?

O SR. MIGUEL JORGE - Há um grande esforço do BNDES para as empresas inovadoras. Há linhas especiais de financiamento para as empresas inovadoras, tanto para as empresas que estão nascentes, que a gente chama, em inglês — é horrível ficar usando palavra inglesa —, *começadoras*, *startups* empresas. Há uma longa lista de empresas *startups* nas quais o BNDES investiu. Há uma longa lista de empresas em que o BNDESPAR participa que são empresas inovadoras. Infelizmente, nós não temos tido a capacidade de fazer com que essas empresas inovadoras se transformem em Google, se transformem em eBay, se transformem em Yahoo, como têm acontecido, ou como o Facebook e outras. Nós gostaríamos muito que isso fosse feito. Eu me lembro de uma discussão, por exemplo, que nós tivemos para que o banco — isso foi feito, não sei se continua — financiasse os criadores de *games* de TI, que são um recurso importante intelectual. E é um mercado enorme no mundo, em que o Brasil hoje, inclusive, é um *player* importante. Há pouco tempo, em São Paulo, nós tivemos uma reunião dos *gameplayers* do mundo todo, com milhares de pessoas. E grande parte desses jogos de computadores são desenvolvidos por jovens e pessoas de 20, 21, 22, 23 anos no Brasil. Nós precisamos realmente muito disso no Brasil. É uma pena que o



BNDES não tenha essa capacidade. E é uma pena que o sistema privado de financiamento não preste atenção nessas empresas inovadoras.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - O senhor não avalia que, na grande maioria das vezes, os recursos utilizados para financiamento pelo BNDES têm baixa efetividade?

O SR. MIGUEL JORGE - Não, Deputado, eu discordo. Eu acho que eles têm uma alta lucratividade e eles têm um alto impacto na economia. Eu realmente acredito nisso. Uma dificuldade... Nós falávamos em empresas inovadoras. Uma das dificuldades que nós temos no Brasil, tanto o BNDES como outras, são as fichas cadastrais. Essas empresas inovadoras de que eu falei, a grande maioria não consegue ter uma ficha cadastral aprovada, porque não há governança, não há contabilidade. É muito difícil você fazer realmente essa operação num país — e aí é um outro problema que nós temos — que tem um emaranhado fiscal e tributário. Essas empresas que são altamente inovadoras não conseguem sobreviver numa situação de milhares e milhares de leis tributárias, de portarias, de circulares, que ninguém nem as grandes empresas conseguem acompanhar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Para encerrar, Sr. Miguel, o senhor acha que, em geral, não havia muita preocupação, por parte do BNDES, com o desenvolvimento de longo prazo do País?

O SR. MIGUEL JORGE - Não havia ou havia?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Não havia.

O SR. MIGUEL JORGE - Eu acho que há, porque o BNDES financia grandes obras de infraestrutura no País. Eu citei alguns exemplos aqui, por exemplo, o caso do metrô de São Paulo. Os metrôs em outros Estados estão sendo financiados pelo BNDES. Poderia ser feito mais? Poderia. Mas volto a dizer que nós temos um problema crônico, que é a falta de projetos para serem financiados no Brasil.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Sérgio Vidigal.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, S.Exa. o Deputado Adail Carneiro.



O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Sr. Presidente, nobres pares, Sr. Miguel Jorge, eu gostaria de fazer aqui um pequeno relato e uma pergunta. Em 2007, foi editada a Resolução nº 3.512, do Conselho Monetário Nacional, de acordo com a qual a CAMEX poderia dispensar o oferecimento de garantia do beneficiário de operações de financiamento e equalização vinculadas à exportação de bens ou serviços nacionais. Em sua gestão, que foi a partir de 2007, à frente da CAMEX, houve operações de crédito realizadas pelo BNDES que não foram garantidas pelos tomadores?

O SR. MIGUEL JORGE - Nenhuma. Todas foram, todas as operações. Esses dados podem ser... Eu não tenho acesso mais a esses dados, mas esses dados podem ser acessados por V.Exa., do próprio BNDES.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Bom, quando esteve nesta CPI, o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que não seria possível falar em prejuízo com as participações societárias do Grupo X, dado que eventual prejuízo ocorreria quando elas fossem vendidas. Contudo, evidentemente, tais participações são marcadas a mercado e é possível conhecer a redução de suas cotações. E mais: é difícil crer que tais ativos possam se valorizar. Em sua opinião, não é pouco transparente a postura do BNDES de usar artifícios técnicos e retóricos para negar qualquer prejuízo com o Grupo EBX?

O SR. MIGUEL JORGE - Deputado, eu conheço muito pouco das operações, porque elas aconteceram já no final do meu período de governo. Mas, do que eu tenho acompanhado, o BNDES e bancos privados, porque bancos privados também estão com o mesmo problema, têm negociado com outras empresas, inclusive algumas grandes empresas estrangeiras, uma grande empresa alemã, por exemplo, da área de energia, os ativos das empresas do chamado Grupo X. Tudo o que se sabe é que, no final em que se resolva essa questão, o BNDES não terá prejuízo. Poderá sair inclusive com vantagem sobre isso, vendendo os ativos por maior valor do que eles foram comprados anos atrás, porque essas obras andaram muito. O porto, por exemplo, lá no Estado do Rio de Janeiro, ficou completo. Então é possível, e eu acredito que isso realmente aconteça, que haja uma surpresa muito agradável nesse caso.



O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Eu ouvi aqui a pergunta de um Parlamentar sobre o risco de calote, mais ou menos nesse sentido, com relação ao BNDES, comparado com outras instituições financeiras. E nós sabemos que a taxa de juros oferecida pelo BNDES é muito aquém das taxas de outras instituições financeiras. Portanto, eu quero acreditar que...

A sua resposta foi uma resposta plausível para aquele momento, só que nós temos que ir para a proporcionalidade. De quem toma empréstimo com uma taxa de juros muito, digamos assim, fora de uma realidade de mercado o risco de calote é muito grande. Nós entendemos isso. E o BNDES, por ele sempre atender a essas demandas com uma taxa muito pequena, o critério certamente, por se tratar de uma instituição muito séria, deve ser um critério muito mais rigoroso do que o critério estabelecido por instituições financeiras outras.

Mas eu gostaria de saber — esta é a última pergunta — por que é que empresários outros que não são tão visíveis no Brasil têm tanta dificuldade de levantar recursos junto a essas instituições que têm como objetivo principal promover o desenvolvimento social.

Eu mesmo já pensei em pôr uma fábrica de pentes. Todo dia se usa — nem todas as pessoas — escova de cabelo, escova de dente, creme dental, colírio. Não dá mais, sabe? Às vezes, a gente está desempenhando uma atividade e o mercado fica ruim. Então, a gente precisa levantar um empréstimo e mostra todas as condições necessárias que garantem aquele empréstimo. E a gente é deixado para lá.

Ou seja, eu quero acreditar que, além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nós temos o quarto poder, que eu considero, em muitas ocasiões, o primeiro poder, que é a imprensa.

A imprensa pode fazer um estardalhaço na vida do senhor, que pode ter atuado como gestor de um órgão público da maneira mais responsável possível, mas vem ali uma suposição e a imprensa joga aquilo na rua como fato.

É por essa razão que foi instalada esta CPI, para que fossem prestados os esclarecimentos necessários e assim nós nos déssemos por satisfeitos ao final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu me dou por satisfeito com suas respostas.



O SR. MIGUEL JORGE - Muito obrigado. Só uma pergunta: o senhor chegou a apresentar o projeto da fábrica de pente ou de escova?

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Cheguei a conversar com representantes da instituição; no momento, ainda aguardando. Não é coisa tão difícil, sabe? Inclusive garantias... Digamos assim: você toma isso aqui e oferece isso aqui por um. Você toma um e oferece dois por um, e mesmo assim é difícil.

O SR. MIGUEL JORGE - Como todo banco. Infelizmente como todo banco, né?

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto V.Exa.: está satisfeito, Deputado Adail?

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Adail Carneiro.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o 1º Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ministro Miguel Jorge, é uma satisfação.

Uma dúvida, Ministro, na questão do Porto de Mariel. No *site* do *Congresso em Foco*, foi informado que parcelas de financiamento do BNDES a Cuba tiveram uma parte a fundo perdido pela União, o que caracteriza doação. Essa afirmação está correta?

O SR. MIGUEL JORGE - Meu caro Vice-Presidente, eu nunca ouvi falar disso. Eu não acredito que isso tenha ocorrido, e não pode ter ocorrido.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Nós recebemos aqui o Presidente, o ex-Presidente ou o Presidente da empresa Frigorífico Independência. Ele fez algumas críticas em relação à proposta, à política econômica do BNDES das empresas campeãs. Afirmou inclusive que isso trouxe uma série de prejuízos para a sua empresa e que o encerramento das suas atividades foi em função desse desequilíbrio na competitividade, em função dos empréstimos e também em função do BNDESPAR, que naquela oportunidade tinha 22%, 23% das ações da JBS. Junto com a Caixa Econômica Federal, isso chegava a 33%. O senhor acha que essa



política não trouxe um desequilíbrio na competitividade entre as empresas do setor? Foram saudáveis esses recursos tanto nas linhas de crédito subsidiadas quanto no aporte financeiro no caso do BNDESPAR?

O SR. MIGUEL JORGE - Caro Deputado, a informalidade no setor de frigorífico — o senhor sabe bem — sempre foi muito alta no Brasil. Ela chegava — e tem Deputados que conhecem bem isso, porque são de áreas produtoras —, chegava a 50%. Com as ações dos chamados campeões, de formalização dos grandes frigoríficos, ela caiu para 10%. O caso do Independência... Eu estranharia muito e ficaria muito surpreso se o dono do Independência viesse aqui para elogiar o BNDES, porque ele enganou o BNDES. Ele apresentou documentos que não eram corretos para o BNDES. E hoje há uma ação contra ele. Então me parece que nós deveríamos — não estou dizendo o que deveria fazer a CPI; eu faria — separar as duas coisas. O BNDES, no caso do Independência, foi vítima. Eu acho que ele tem que ser tratado como vítima nesse caso.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Volto a insistir: mas o senhor não entende que se cria um desequilíbrio quando se criam condições especiais para algumas empresas e para outras não, numa atividade — eu estou aqui exemplificando com a atividade de frigoríficos de carne — que tem uma rentabilidade muito pequena, em que qualquer desequilíbrio pode ser efetivamente fatal? O senhor acha que isso é saudável de forma efetiva?

O SR. MIGUEL JORGE - Dependendo do caso, se essa injeção de dinheiro for a custos muito baixos e os outros terem que ter custos muito altos, realmente aí você tem um problema de — como se diz? — desequilíbrio na competição.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Esse de fato é o quadro. Por isso eu acho que politicamente... Eu acho que essa política das empresas campeãs, e parece que isso está sendo reavaliado... Tem que de fato ser repensada essa política.

O proprietário do Frigorífico Independência, o Presidente, disse inclusive que o BNDES atrasou a liberação de recursos e que essa foi uma das razões, a motivação pela qual ele encerrou as atividades. Eu não sei se o senhor tem conhecimento disso.



O SR. MIGUEL JORGE - A alegação dele, uma das alegações é essa. Se o atraso de recurso levou à falência da empresa, é porque a empresa realmente não estava bem antes de pedir o recurso. O BNDES... Eu sempre ouvi isto quando eu estava no jornal: “*O BNDES não pode ser hospital de empresa*”. Essa frase sempre foi usada durante muitos anos. Eu publiquei muito isso. Os editoriais do *Estado* sempre disseram isto: “*O BNDES não pode ser hospital de empresa*”. Essa empresa, pelo jeito, estava no hospital quando ela procurou o BNDES.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Nesses últimos anos, o que vemos no Brasil — nós estamos hoje sofrendo, temos clareza desse quadro — é um país em que o desemprego cresce, a inflação tem dois dígitos, o PIB é negativo, o que, na verdade, é consequência de algumas gestões.

Até pelo seu conhecimento e pela sua trajetória, quais foram as razões, as situações que nos conduziram a esses números hoje? Indústria sucateada; uma grande parte das empresas encerrando as suas atividades, perdendo competitividade; dólar a quase 4 reais... Eu queria a sua opinião sobre como foi a economia nesses últimos anos, quais foram as medidas adotadas pelas quais nós chegamos a esse quadro no dia de hoje.

O SR. MIGUEL JORGE - Acho que nós fizemos uma travessia de curto prazo depois da crise, que se imaginava, até porque dava sinais de que ela seria menor nos Estados Unidos... Falava-se muito de que os Estados Unidos voltariam até a subir os juros. Nós verificamos nesses últimos anos que os juros nos Estados Unidos continuam no mesmo patamar a que eles chegaram depois da crise, que levou — eu citei aqui — o Governo americano a intervir na General Motors. Colocou lá pessoas indicadas pelo Governo e colocou alguns trilhões na General Motors.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas a General Motors não estava no hospital?

O SR. MIGUEL JORGE - Ela estava quebrando. Ela estava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Deputado Relator pergunta se a General Motors também não estava na UTI.

O SR. MIGUEL JORGE - Ela estava... Ela estava quase morta.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Os Estados Unidos investiram para retirá-la do hospital. Então, o BNDES deveria investir no Independência para retirá-lo do hospital, da mesma forma.

O SR. MIGUEL JORGE - Depende. A General Motors, por exemplo, não falsificou documentos para que o Governo americano pudesse se ocupar dela. No caso do Independência, pelo menos do relato feito ao Conselho de Administração, vê-se é que houve falsificação de documentos, o que levou o BNDES a avaliar que se tratou de uma fraude contra o banco. E há uma ação hoje correndo em relação a isso. Nos Estados Unidos, não há uma ação do Governo americano contra a General Motors. Não houve uma fraude da General Motors para que o Governo americano colocasse dinheiro nela, aí ela quebrou e o Governo então foi à ação contra a General Motors. Parece-me que os dois casos são distintos, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O senhor terminou a sua análise?

O SR. MIGUEL JORGE - Sim.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Está bem. Eu agradeço.

O SR. MIGUEL JORGE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Miguel.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Presidente Marcos Rotta, Vice-Presidente Miguel Haddad, meu querido Relator José Rocha, Ministro Miguel Jorge, quero felicitar e parabenizar o Deputado Carlos Melles, que teve a felicidade de convidar um homem com conhecimento, com uma bagagem muito grande no setor, assim como com estatura moral, e que nos dá o privilégio de ter aqui esse senhor durante 4 horas para nos enriquecer.

O SR. MIGUEL JORGE - Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Ministro, muito se fala em campeãs de financiamento. Ora, Ministro, um banco como o BNDES, que é um banco de desenvolvimento, que tem como objetivo fomentar desenvolvimento, tem que ter linha de crédito, tem que ter financiamento e tem que ter grandes tomadores, principalmente o BNDES, que vem financiando grandes obras, grandes instituições e até multinacionais.



Vejam os senhores a que ponto nós chegamos: condenar-se o BNDES porque está emprestando. E já se criou essa de dizer que são os campeões. Os campeões tomaram os recursos — é evidente —, e o banco, o BNDES, tem critério! Eu não acredito que nenhuma dessas empresas, nenhum desses tomadores não tenha dado garantia, não tenha demonstrado liquidez.

Há pouco eu vi um Deputado, um amigo Deputado falar no Frigorífico Independência. E o senhor respondeu com muita tranquilidade. É verdade: eles maquiaram o balanço, e não podia haver resultado. Qualquer atraso foi fatal.

Mas o que me deixa perplexo, Ministro, é que a essa altura, com tantos financiamentos, tentando-se vincular o BNDES à Lava-Jato... Está sendo aos poucos demonstrado que a vinculação é nenhuma. Eu gostaria de ter a posição do senhor.

No passado, eu ouvi — e a imprensa brasileira anunciou — um ex-Presidente do BNDES dizer que estávamos no limite da irresponsabilidade. Como o senhor, com experiência, com bagagem e com conhecimento de causa, interpreta essa exclamação de um ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: *“Nós estamos no limite da irresponsabilidade”*?

O SR. MIGUEL JORGE - Não é o caso hoje. Não é o caso do nosso...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu fiz questão de dizer que foi no passado...

O SR. MIGUEL JORGE - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - ...no momento em que o banco realmente estava financiando muito.

O SR. MIGUEL JORGE - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu estou querendo a opinião do senhor, a posição do senhor, para que eu possa...

O SR. MIGUEL JORGE - A posição é a de que o banco é muito, muito, muito seguro nas suas operações. Eu vou contar um caso que me envolveu.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas o senhor se lembra dessa posição, não é?

O SR. MIGUEL JORGE - Sim, eu me lembro, me lembro.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sabe do que eu estou tratando.



O SR. MIGUEL JORGE - Isso foi no fim dos anos 90.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Não, foi o ex-Presidente Mendonça de Barros.

O SR. MIGUEL JORGE - Sim. Eu era Vice-Presidente...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E ninguém trata disso porque não é conveniente tratar. As operações a que eles se prendem, a que a Oposição se prende são operações com garantia, com liquidez. E o banco não pode ter operações para ter um lucro exorbitante, se é banco de fomento. Eu acho que o senhor concorda comigo.

O SR. MIGUEL JORGE - Sem dúvida. Sem dúvida, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas eu queria ouvir V.Exa.

O SR. MIGUEL JORGE - Não, eu queria contar apenas como é ágil o BNDES. Eu nunca imaginei que eu fosse ser Ministro, nunca imaginei que estaria eu junto com o BNDES. E, quando eu era Vice-Presidente da Volkswagen, nós resolvemos fazer a fábrica, uma fábrica de automóveis. Fizemos primeiro uma fábrica de caminhões, em Resende, no Estado do Rio, e depois uma fábrica de automóveis, no Estado do Paraná. E para a fábrica... Porque a fábrica de Resende era uma fábrica muito diferente, os investimentos nela foram muito menores. Para a fábrica do Paraná, precisaríamos de investimentos muito maiores. E aí fomos ao BNDES. E o BNDES viu o projeto, viu o projeto financeiro, o projeto técnico, etc., o projeto comercial e resolveu financiar aquela fábrica. O banco... A Volkswagen tinha oferecido ao BNDES como garantias a produção de veículos da Volkswagen durante não sei quantos anos; o BNDES não aceitou. O BNDES exigiu a fábrica inteira, com as máquinas e equipamentos, como garantia.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Ele ofereceu um penhor mercantil.

O SR. MIGUEL JORGE - Isso. E nós fomos à Alemanha para dizer aos alemães que o BNDES iria financiar desde que a fábrica inteira fosse dada como garantia. Eles quase tiveram um enfarte. Eles acharam um absurdo que isso fosse feito. No entanto, depois de 1 mês, se convenceram de que a única maneira de sair o financiamento era a fábrica inteira ser entregue como garantia para a operação do



banco, e assim foi feito. O empréstimo já foi pago há muitos anos, porque isso foi em 1994.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Veja o senhor que o banco tem limites em tudo e tem critérios!

O SR. MIGUEL JORGE - Tem critérios muito sólidos.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E rígidos. Eu conheço inclusive algumas operações que pesquisei — algumas delas inclusive foram citadas aqui — e que estão, por ironia do destino, em dia. Veja o senhor a maledicência a que ponto vai.

Mas era isso que eu queria. E quero agradecer mais uma vez o privilégio de tê-lo entre nós.

Obrigado, Presidente.

O SR. MIGUEL JORGE - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Paulo Magalhães.

Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a Deputada Cristiane Brasil.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, Sr. Ministro, boa tarde.

O SR. MIGUEL JORGE - Boa tarde.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - O senhor defendeu há pouco a política de campeãs nacionais dentro das prioridades do banco. Eu queria que o senhor comentasse o uso dessa estratégia de favorecimento de algumas grandes empresas parceiras e seu efeito na economia nacional em casos como o mercado de frigoríficos e da construção civil, que são focos desta CPI. O senhor não acha que pode ter havido exageros no favorecimento de algumas empresas em detrimento do mercado? Bom, um dos resultados é que essa estratégia que favoreceu as empresas resultou também, infelizmente, num dos maiores escândalos que este País já viu. Então, eu queria que o senhor fizesse um comentário sobre a política das campeãs nacionais.

O SR. MIGUEL JORGE - Boa tarde, Sra. Deputada. No caso dos campeões nacionais, não estava dentro das prioridades do banco. Quando nós desenvolvemos, em conjunto com o BNDES, um processo muito completo de



política industrial, que nós chamamos na época de Política de Desenvolvimento Produtivo, a PDP, que foi lançada inclusive no BNDES, já vislumbrávamos a possibilidade de que nós tivéssemos financiamento para empresas que pudessem competir globalmente. Foram definidos alguns setores. Não estava, nessas definições, o que a senhora chamou de empresas de construção de civil, que eu acredito que se refira a empreiteiras, não é isso?

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sim.

O SR. MIGUEL JORGE - Essas empresas não estavam nessa Política de Desenvolvimento Produtivo, porque todas elas já eram, de uma maneira ou outra... São poucas, quatro, que são as internacionalizadas. Então, nós considerávamos que já havia empresas multinacionais brasileiras na área de construção civil, e não precisavam de uma alavancagem do BNDES para isso. Setores que nós consideramos importantes na época foram setores da área de alimento. Alguém disse... Acho que foi o Vice-Presidente Miguel Haddad que falou das *commodities*, ou um dos colegas Deputados. Eu, por exemplo, defendia no Ministério que nós separássemos de *commodities* alguns produtos que hoje são considerados *commodities*, por exemplo, a exportação de ferro, a exportação de manganês, que é pura *commodity*, que não tem nenhum tratamento — não há nada de valor agregado nisso — e que nós vamos exportar para o Japão e para a Coreia e depois vamos importar como aço. A carne: nós criamos um boi durante 2 anos, 3 anos, põe adubo, faz um monte de coisas, veterinário, confina. Depois, esse boi vai para o frigorífico, é cortado, retirado o couro, separado por partes, embalado, vai ao frigorífico, é resfriado. Não é igual uma *commodity*, tipo manganês ou cassiterita. Então, deveria haver uma separação entre os chamados produtos primários, de base primária, e os produtos de base secundária ou terciária, para que a gente pudesse definir melhor isso, porque quando dizemos “*nós financiamos para campanhas nacionais exportadoras de commodities*”, estamos nivelando tudo por baixo. Você considerar, por exemplo, a exportação de frango — 90% do frango é proteína, milho — e de um minério, em que você apenas precisa de uma máquina para arrancar da terra, não parece correto, inclusive para fazer avaliação das políticas do País. E não é só para o Brasil, embora o Brasil seja o maior *player* desse setor. É isso o que eu teria a dizer, Deputada.



A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - No caso dos frigoríficos, o objetivo do banco com o desenvolvimento da política de campeãs nacionais e todo o aporte financeiro que fez, em especial à JBS, eu queria saber qual era o resultado esperado disso. Era o quê? A geração de empregos? Foram gerados novos empregos no Brasil ou se fecharam postos de emprego, depois dessa política de campeãs nacionais? Ainda mais nesse mercado de frigoríficos que sabemos que agora tem “a grande JBS” e vários outros foram fechados por causa disso.

O SR. MIGUEL JORGE - Eu não vou me lembrar de todos os frigoríficos, eu me lembro do Independência, que é um caso conhecido, discutido já nesta CPI, mas a Marfrig recebeu financiamentos — é outro caso —, o Bertin recebeu. O único que realmente, na minha opinião pessoal — é puro juízo de valor, Deputada —, o único que realmente foi competente para, inclusive, comprar grandes empresas no exterior e se tornar a maior empresa do setor de carne do mundo foi o que a senhora citou. No caso da geração de empregos, eu acho que a internacionalização das empresas gera empregos no País e gera renda no País. Se não fosse por isso, as empresas americanas, inglesas, alemãs não teriam se espalhado pelo mundo. Elas trazem riqueza ao País, no mínimo, com as remessas de dividendo que vão acontecer para o País e que pagarão impostos.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Meu assessor está me lembrando que o dono do Frigorífico Independência esteve aqui e falou, no dia, que fecharam 17 frigoríficos, depois dessa onda de ajuda a determinados frigoríficos, em detrimento do mercado. Com isso, e se fizermos um estudo mais aprimorado, aliás, era uma questão que a gente queria fazer aqui e não teve oportunidade, até por conta de uma má vontade, digamos, em se trazer os empresários do setor, ainda mais dessa empresa aqui, mas era perguntar se a cadeia produtiva também sofreu algum revés com essa concentração de investimentos em uns em detrimento do outro. Ficou mais caro lidar com eles? Mais barato? Parece que houve uma cartelização. Essa é a história, não é?

O SR. MIGUEL JORGE - Surpreende-me. Eu não vi nenhuma notícia nos jornais. Se não aconteceu ou os jornais não perceberam, mas 17 empresas fechadas no mesmo dia, no mesmo setor?



A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - No mesmo dia, não. No mesmo dia não, não, pelo amor de Deus. Não.

O SR. MIGUEL JORGE - Eu entendi que foi dito que foi no mesmo dia.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - No dia, ele disse que fecharam. Quer dizer, no dia em que ele esteve aqui.

O SR. MIGUEL JORGE - Ah, no dia em que ele esteve aqui. Desculpe a falha de entendimento de minha parte. Mas eu acho que valeria a pena realmente levantar essas informações e saber exatamente qual foi o efeito sobre o mercado.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - O BNDES tem esse tipo de avaliação qualitativa?

O SR. MIGUEL JORGE - Deve ter grande parte, mas se não tiver, há outras empresas que são capazes de fornecer essas informações.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - A quais, por exemplo, nós poderíamos perguntar?

O SR. MIGUEL JORGE - Por exemplo, as grandes empresas de consultoria podem fornecer essas informações.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - O.k.

O SR. MIGUEL JORGE - De pesquisa de mercado, por exemplo. Elas têm isso. É claro que elas não têm isso sobre a mesa, na gaveta, mas elas levantam as informações.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Nós já ouvimos de alguns especialistas, por exemplo, do TCU, com os quais eu conversei, que há suspeitas claras sobre a velocidade com que alguns financiamentos foram aprovados dentro do BNDES, notadamente para algumas empresas que estão no olho da Lava-Jato.

O que o senhor, com a sua experiência profissional em comunicação e como executivo que foi da área, sugeriria para que nós pudéssemos dar mais transparência às operações do banco? Inclusive, esses técnicos do TCU se queixaram muitas vezes sobre a dificuldade de se conseguir informações, contratos do próprio banco por alegação de sigilo ou seja lá o que for. Qual seria o seu conselho para que nós tivéssemos mais transparência com relação ao BNDES?

O SR. MIGUEL JORGE - Do que eu entendi, depois da decisão do Supremo, essa questão estaria resolvida.



A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Mais ou menos. Agora, que está...

O SR. MIGUEL JORGE - Porque o BNDES precisa cumprir a decisão do STF.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Mas o senhor não acha minimamente estranho que isso já não tenha sido feito antes, ao longo desses anos todos?

O SR. MIGUEL JORGE - Sempre houve uma discussão, no caso do BNDES e de outros órgãos reguladores, especialmente do TCU, sobre quais são as informações que estariam ou não estariam protegidas pelo sigilo bancário. Essa discordância levou a essa situação, digamos...

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Questionamento.

O SR. MIGUEL JORGE - ...de questionamento, que não ficou bom para nenhum dos dois lados e precisou, então, ir ao árbitro, que foi o STF, para que o STF arbitrasse essa questão. Eu acho que — arbitrada e tem que ser pacificada essa questão — as informações têm que ser dadas, até porque o TCU passa a ter a obrigação legal de ser o repositório dessas informações, sem divulgá-las. Nunca se viu, no caso, por exemplo, do Banco Central ou da CVM, o vazamento de uma informação sobre um banco, sobre uma empresa que faz negócio com um banco, sobre empresas que estão sob investigação na CVM. Isso só acontece depois que a investigação está completada, aí já vem inclusive a punição dos responsáveis, a suspensão para trabalhar no sistema financeiro, a multa, inclusive para pessoas físicas, e a impossibilidade de trabalhar no mercado financeiro por 10 anos. É uma coisa séria. Se um órgão — e tenho todo respeito pelo TCU — não tem obrigação legal de preservar essas informações, de manter sigilo a todo custo, como fazem o Banco Central e a CVM, o BNDES tinha um ponto para discutir, eu acho que não tem mais. Eu acho que as informações terão que ser prestadas ao TCU.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Estão sendo, mas com muita dificuldade, até porque, segundo os técnicos do TCU, não existe uma avaliação qualitativa das políticas públicas, não existem indicadores sólidos para que você possa realmente aferir o resultado daquilo que foi proposto como uma estratégia do Governo, tudo é muito holístico, porém pouco objetivo.



O SR. MIGUEL JORGE - Mas a operação de financiamento não tem nada de holístico, ela tem de muito efetivo, de muito operacional.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Mas como se mede esse resultado, ele é baseado em quê? O que está antes e o que você conseguiu depois? Aqui, eles falam que não tem, até para fazer uma avaliação daquilo que foi proposto eles não conseguem. Essa não é uma queixa minha, eu estou passando para o senhor o entendimento deles, falando: *“A gente não tem como saber”*.

E, nas questões de financiamentos internacionais, de repasses de contratos, vou dar um exemplo: a JBS pegou um dinheiro para quitar uma dívida, houve o processo dentro do banco, o BNDES deu direitinho. Mas como vocês fazem para acompanhar, depois que fizeram o repasse, se aquele dinheiro efetivamente foi para pagar a dívida?

O SR. MIGUEL JORGE - Se pagou a dívida?

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Exatamente.

O SR. MIGUEL JORGE - Deveria ser um rumo fácil de ser seguido. Não consigo entender a dificuldade de você saber que o dinheiro saiu. Ele saiu e não sai na mala, não é?

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Mas aí ele já foi para o exterior, já está em uma conta no exterior, aí já não se sabe se ali foi...

O SR. MIGUEL JORGE - Mas é possível você rastrear essa conta e saber se foi pago efetivamente. Não precisa ir ao banco no exterior. Pela própria contabilidade local da JBS, que ela tem que manter, você poderia definir quando esse dinheiro saiu, para onde ele foi.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Mas o BNDES faz isso? O BNDES tem esse controle?

O SR. MIGUEL JORGE - Ah, eu imagino que sim. Eu imagino que sim. Terá que ter.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Mas acho que não tem, não. Não tem, não. Por incrível que pareça, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputada Cristiane, peço a V.Exa. que encerre, por gentileza.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sim, vamos lá.



O senhor citou, há pouco, exemplos do envolvimento de presidentes estrangeiros na disputa de empresas por mercados e disse que o *lobby* é legítimo, mas se esqueceu da denúncia do próprio *Estadão* sobre a MP do IPI. Estamos investigando aqui exatamente essa acepção de *lobby*.

O senhor, como ex-Ministro do Governo Lula, pode afirmar que não houve *lobby* ou tráfico de influência, como é o caso dessa MP, durante o Governo Lula, nos anos em que esteve no Ministério? O senhor nunca viu nenhum tipo de atividade suspeita, de relações suspeitas entre os membros do Governo e do empresariado, para obtenção de vantagens indevidas?

O SR. MIGUEL JORGE - Vou começar pelo fim, Deputada, se me permite. Eu nunca vi, até porque eu conheço muitos empresários e acho que haveria uma questão de mal estar. As pessoas que me conhecem: “*O empresário está participando de um malfeito desse tipo tanto quanto o Governo*”. Realmente, eu nunca vi, nunca presenciei esse tipo de coisa. No caso da MP 471, eu tinha citado antes que os técnicos do Ministério do Desenvolvimento e os técnicos do Ministério da Fazenda que foram responsáveis pela preparação da MP garantem — eu falei inclusive com um deles que já está aposentado — que nunca houve qualquer mudança. É fácil de se registrar isso, porque evidentemente essa MP foi escrita em um computador que deve ter um HD lá; foi encaminhada à Casa Civil; a Casa Civil encaminhou a MP para o Congresso; ela foi aprovada pelo Congresso da mesma maneira como foi escrita pelos técnicos e pelos especialistas do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Fiz até aqui um abuso de uma teoria que era aquela história de que se vendia uma vaga na universidade, e, se você entra, você cobra; se você não entra, você fala que houve algum problema, porque não conseguiu, e aí não precisa pagar, porque não entrou na faculdade. A segunda parte da pergunta é sobre o *lobby*.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Vamos lá, o *lobby*, exatamente.

O SR. MIGUEL JORGE - No meu *Estadão*, que a senhora citou, do qual eu me orgulho muito...

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - É, o senhor trabalhou lá.

O SR. MIGUEL JORGE - Eu fiquei 21 anos nessa empresa, 20 anos, quase a maior parte da minha vida — estou rebaixando a minha idade um pouco. No



domingo, dia 18 de outubro, o cientista político David Fleischer, professor emérito da UnB, disse: “É preciso deixar claro que o trabalho de lobby é uma coisa e crime é outra”. Coisa que, aliás, eu já tinha dito semanas atrás. Ele diz que ter acesso à medidas do Governo antes de virarem realidade nem é *lobby*, é tráfico de influência e é crime também. Outro professor e advogado, o Luciano de Souza Godoy, professor da FGV de São Paulo, disse exatamente a mesma coisa que o Prof. Fleischer. E outro economista e professor da UnB, Jorge Arbache, afirma que a relação entre o Estado e as empresas é fundamental. E diz mais, citando como exemplo recente, a forte defesa do setor farmacêutico feita pelo Presidente Barack Obama nas negociações da Parceria Transpacífico, fechada na semana passada, defendendo o setor farmacêutico.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Só que o Obama não recebeu por isso, não é?

O SR. MIGUEL JORGE - Mas... Eu não sei, eu não acredito que algum Presidente brasileiro tenha recebido, no cargo da sua função, para fazer alguma ação de diplomacia comercial. Realmente, eu me recuso a acreditar nisso.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - O senhor acha que fazer o pedido para um outro governo que contrate essa empresa, em detrimento de outras empresas, para que faça a obra, com o dinheiro brasileiro, não é tráfico de influência?

O SR. MIGUEL JORGE - Nobre Deputada, eu estava presente a esse almoço em que houve isso, até porque tem um *e-mail* que eu nunca neguei, não tem como negar, não tenho nenhum problema em admitir que era meu. Havia dez pessoas na mesa. O Presidente não citou a empresa. Ele disse: “*Há uma empresa brasileira que tem interesse numa obra na Namíbia*”. E o Presidente da Namíbia interrompeu e disse: “*Já sei, já sei. E eu gostaria muito que a empresa brasileira ganhasse a licitação*”. E depois nem saiu, essa obra nem foi executada. Não sei por que ou quais foram as razões essa obra deixou de existir no governo da Namíbia. Nesse almoço estavam, como citei aqui, numa mesa, no Itamaraty, 400 pessoas. Era um almoço de Chefe de Estado para Chefe de Estado: o Presidente da Namíbia, o Presidente da República do Brasil, Ministros do Governo brasileiro, Ministros do governo da Namíbia e pessoas em volta. É claro que as pessoas em volta não



ouviriam, mas as pessoas que estavam na mesa ouviram isso, porque, quando dois Presidentes estão falando, ninguém mais fala na mesa, fica todo mundo ouvindo o que os Presidentes estão falando. Eu não ouvi a palavra “Odebrecht” nesse almoço, o que também não quer dizer que não foi feita a diplomacia comercial no caso.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Infelizmente, pelo passar do decurso do tempo, eu não vou poder fazer mais perguntas pelo visto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Começou a Ordem do Dia, Deputada Cristiane.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Precisamos encerrar aqui.

Antes de fazer o meu questionamento, tem a palavra o Deputado Miguel, por 30 segundos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Eu só queria aproveitar a fala da Deputada.

Ministro, qual foi o instante em que o ex-Presidente fez uma intervenção e conseguiu que uma empresa brasileira obtivesse um contrato no exterior, sem linha de crédito do BNDES, sem linha de financiamento? Quando você tem a linha de financiamento, você pode escolher entre a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, ou a Camargo Corrêa. Então, esse trabalho, na verdade, é a escolha de uma empresa brasileira, mas você não favorece as empresas como um todo, até porque, o projeto sendo de uma delas, elas serão beneficiadas de qualquer forma.

O que eu gostaria de saber — eu não sei se me faço compreender — é: qual foi o instante em que o ex-Presidente Lula, que se transformou num mascate, num vendedor das empresas brasileiras, conseguiu avançar, sem o financiamento do BNDES? O senhor tem alguma informação nesse sentido?

O SR. MIGUEL JORGE - Não tenho, não tenho. Eu não tenho as informações completas. Como eu disse, eu não tinha nem informações de antes. Nunca procurei informações de antes do meu período nem depois, porque não tinha como. Mas não me parece que nós tenhamos feito exportações de serviços de bens desse tipo sem financiamento do BNDES, como dos aviões brasileiros, sem financiamento do BNDES.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - O senhor recebeu...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputada Cristiane, tem V.Exa. 1 minuto para fazer as suas considerações finais.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - O senhor recebeu algum pedido da Presidente Dilma, ou do Presidente Lula, ou de algum outro político, para conseguir doações de campanha?

O SR. MIGUEL JORGE - Não, nada. Nunca, nunca.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - O senhor alguma vez pediu a algum dos empresários que o senhor acompanhou nas viagens, que o senhor conhece, alguma doação de campanha?

O SR. MIGUEL JORGE - Nunca.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exas.

O Deputado Miguel pegou um gancho da nossa competente Sub-Relatora, e eu quero pegar um gancho na competência do nosso 1º Vice-Presidente.

O proprietário do Frigorífico Independência, quando aqui esteve, já relatado pelo Deputado Miguel, disse que o frigorífico faliu exatamente por conta do atraso das parcelas de financiamento do banco. Mas ele disse mais. Ele disse que, se ele tivesse algum agente político dentro do BNDES, algum padrinho político dentro do BNDES, que essas parcelas do financiamento dele não atrasariam.

A que o senhor credita um depoimento como esse? A uma mágoa contra o banco? A uma mágoa pessoal? Ou existe realmente um tráfico de influência dentro do BNDES, Sr. Miguel Jorge?

O SR. MIGUEL JORGE - Antes, eu relatei a esta Comissão que trabalhei num projeto que foi financiado pelo BNDES, em 1994 e 1995, que foi a fábrica da Volkswagen no Paraná. Eu nunca ouvi falar nesse tipo de coisa no BNDES. Nem antes, nem depois que eu estive lá. Eu acho que também há outra ligação, Sr. Presidente, é uma transferência de culpa. Se há uma ação na Justiça informando que essa empresa falsificou seus relatórios e causou uma fraude, foi uma questão de fraude, em relação ao BNDES, dificilmente essa pessoa admitiria a culpa, porque aí seria muito fácil resolver na Justiça. Haveria uma condenação muito mais fácil pelo juiz. O árbitro, por exemplo — está em arbitragem essa questão, porque houve um acordo entre as partes, para que houvesse a arbitragem —, realmente estaria



decidindo. O árbitro decidiria na hora isso, se ele admitisse aqui que fraudou, que não atrasaram as parcelas, que essas parcelas foram pagas a dia e a hora e que foi por problemas internos da empresa que a empresa entrou em recuperação judicial. Essa é minha opinião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O senhor foi um grande executivo do Santander. O senhor foi Vice-Presidente do Santander. O Santander, me parece, foi o segundo maior doador da campanha do Presidente Lula.

O senhor acha que isso é mérito seu, pessoal, ou isso nós devemos à diplomacia comercial, já que o senhor não gosta que chame isso de *lobby*? O senhor acha que isso é fruto da diplomacia comercial, ou é fruto da sua competência ter ascendido ao Governo Lula?

O SR. MIGUEL JORGE - O senhor fala em relação à doação? Se a doação é do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, o Santander foi o segundo maior doador da campanha do Presidente Lula, o senhor foi executivo do Santander e ascendeu ao Governo do Presidente Lula. Isso é fruto da sua competência? O senhor credita isso à sua competência, ou o senhor credita isso à diplomacia comercial?

O SR. MIGUEL JORGE - Eu, até depois da minha apresentação, comentei as minhas relações com o ex-Presidente, que eu o conheço desde 1978, 1979. Cheguei a levá-lo ao jornal, para que fizesse entrevista com o jornalista do Estado. Depois convivi com o ex-Presidente, com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, durante algum tempo. Quando fui para a Volkswagen, uma das minhas funções era na área de recursos humanos, era dirigir a área de recursos humanos, era negociar com o Sindicato dos Metalúrgicos, que era um sindicato muito duro naqueles anos, Sr. Presidente. O senhor é muito jovem para se lembrar disso, mas era uma guerra dura no ABC naquele tempo. E tivemos embates importantes, mas sempre muito dentro da ética e das posições que cada um defendia e que reconhecia quem deveria defender. Mantive essa relação com o Presidente durante todo período de Volkswagen. Eu acredito que tenha sido, com a saída do Ministro Furlan, ele procurando uma outra pessoa que pudesse ter, digamos, um conhecimento do meio empresarial, etc., que poderia ser a pessoa com



quem ele conviveu durante muito tempo no ABC. Eu gostaria muito que fosse essa a razão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Acredito.

Há sobre a mesa requerimento do Deputado Bruno Araújo, Líder da Minoria, indicando e concedendo o tempo, destinado à Liderança da Minoria, ao Deputado Alexandre Baldy, a quem concedo a palavra pelo tempo de 8 minutos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu gostaria só de complementar a questão do Frigorífico Independência, porque a falsidade que incorreu contra o frigorífico já é uma questão que foi discutida na Justiça e foi vencida

Então, o que foi aqui colocado pelo acionista do frigorífico realmente foi que ele não tinha o seu padrinho político à época e, por isso, como ele foi preterido pela escolha dos supercampeões — e ele provavelmente não era um supercampeão, assim como os demais —, vários frigoríficos fecharam. Inclusive no meu Estado, Deputada Cristiane, que há pouco perguntou a V.Sa., vários frigoríficos...

Ontem mesmo recebi uma Prefeita de um Município do Norte do meu Estado, onde ficaram desempregados 400 cidadãos, pela falta de competitividade e pela centralização do setor, ao qual a política econômica que o Governo Lula praticou, dentro do BNDES, a concentração dentro de um setor, com o dinheiro público, ele prejudicou e desequilibrou a economia e o ambiente social, prejudicando cidadãos. Então, eu gostaria de fazer essa complementação.

Eu também gostaria de fazer novamente uma pergunta. V.Sa. me respondeu que não fez nenhum tipo de trato com nenhuma autoridade do Governo cubano em relação a empréstimo ao a obra do Porto de Mariel, correto?

O SR. MIGUEL JORGE - Correto.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. acompanhou o ex-Presidente Lula a uma viagem a Cuba, como V.Sa. já afirmou aqui anteriormente, correto?

O SR. MIGUEL JORGE - Certo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Há documentos aqui na nossa Comissão, que são telegramas trocados dentro do Itamaraty, entre embaixadas,



alegando que V.Sa. e que o ex-Presidente Lula trataram, em Cuba, de empréstimos que ocorreriam por parte do BNDES para a construção do Porto de Mariel.

Eu gostaria de perguntar a V.Sa., novamente, se não tratou desse tipo de assunto ou se, de fato, a Embaixada brasileira em Havana realmente tratou do assunto de uma forma que não existiu. Ao se referir ao projeto do Porto de Mariel, o Ministro Rodrigo Malmierca demonstrou inquietação com a futura apreciação, por parte do COFIG, da parcela adicional de 230 milhões, quando V.Sa. ocupava o Ministério do Desenvolvimento. E foi mencionado o seguinte: foi assinado por ele e pelo ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

Então, é um documento do Itamaraty. A Embaixada brasileira em Havana envia aqui para o Itamaraty, no Brasil, as agendas, os acontecimentos, as atuações dos líderes, como o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o ex-Presidente Lula, no País, em Cuba.

Então, eu gostaria que V.Sa. pudesse responder a essa pergunta ou a essa colocação que foi feita aqui nesse telegrama da Embaixada do Brasil em Cuba.

O SR. MIGUEL JORGE - Não há nada a esconder, tanto que é público o documento. O protocolo de entendimento sobre cooperação econômica e comercial entre Brasil e Cuba, que foi assinado pelo Ministro Rodrigo Malmierca e por mim... Aliás, não foi nem pelo Ministro Malmierca, foi pelo Ministro do Comércio Exterior de Cuba, Raúl de La Nuez, em janeiro de 2008. Posteriormente, e me parece que eu posso ter entendido muito mal, como disse V.Exa., que o Ministro Malmierca se refere ao fato de o projeto, o processo de financiamento já estar no COFIG. Portanto, já teve um andamento bastante grande dentro do Governo, dentro das áreas competentes do Governo. E, se isso realmente aconteceu, evidentemente, como o Secretário-Executivo do Ministério da Indústria e Comércio é o Presidente do COFIG, é claro que o Ministro saberia, e o Ministro Rodrigo Malmierca seria informado disso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas V.Exa. afirmou aqui que não tratou do financiamento.

O SR. MIGUEL JORGE - Em Cuba.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Em Cuba.



O SR. MIGUEL JORGE - O senhor perguntou se eu tratei de financiamento em Cuba. Eu disse que não e eu reafirmo isso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Ou a respeito do Porto de Mariel. E o tratamento do COFIG a respeito da garantia é uma etapa do financiamento do BNDES.

O SR. MIGUEL JORGE - Feita no Brasil, e não em Cuba.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Tudo bem. Mas eu perguntei se V.Sa. tratou do financiamento do BNDES ao Porto de Mariel ou, quando o visitou em Cuba, do financiamento do BNDES.

O SR. MIGUEL JORGE - Quando vai para o COFIG, o BNDES já está participando disso, já foi apresentado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeitamente, mas, se a garantia não é concretizada, o financiamento, obviamente, não é executado.

O SR. MIGUEL JORGE - Não sairá, evidentemente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, é uma continuidade de um único processo de financiamento do BNDES.

O SR. MIGUEL JORGE - Perfeitamente. Eu posso estar completamente enganado, Sr. Deputado, no entendimento das questões, mas eu volto a dizer que eu nunca tratei, nunca prometi, nunca disse que o BNDES faria um financiamento em Cuba ou em qualquer outro lugar do mundo, porque eu não tinha capacidade, não tinha autonomia, não tinha competência para fazer isso. Não podia fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas, no âmbito do COFIG, no qual V.Sa. atuava, discutiu com o Sr. Ministro, que representava Cuba, seja aqui no Brasil, seja lá em Cuba, V.Sa. discutiu sobre o financiamento do Porto de Mariel.

O SR. MIGUEL JORGE - Eu não disse que eu discuti. Eu disse que, como estava no COFIG, é possível que tenha sido discutido. Eu não me lembro de ter discutido isso, porque, antes de a CAMEX aprovar, não existe esse financiamento. Então, falar sobre isso seria falar sobre nada.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas, aqui no telegrama, a afirmação é que V.Sa. discutiu com o Sr. Ministro e, obviamente, que foi assinado por V.Sa., que é um documento tratado entre a Embaixada do Brasil em Havana e o Itamaraty, no Brasil.



O SR. MIGUEL JORGE - Eu vou procurar saber que documento é esse, vou inclusive me remeter ao Itamaraty, para saber que documento foi esse que eu assinei, entre o Ministro Malmierca, prometendo um financiamento do BNDES para Cuba, porque eu não assinei tal documento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Nem tratou sobre o financiamento do Porto de Mariel?

O SR. MIGUEL JORGE - Não tratei sobre o financiamento do Porto de Mariel.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Em nenhum ambiente, seja no COFIG, seja no BNDES, seja em qualquer tipo de âmbito?

O SR. MIGUEL JORGE - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. nunca tratou a respeito do Porto de Mariel?

O SR. MIGUEL JORGE - Não tratei. Nunca negocieei, nunca tratei de financiamento para o Porto de Mariel, ou qualquer outro financiamento do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O senhor poderia, Sr. Miguel Jorge, assumir o compromisso de, uma vez consultado o Itamaraty, dar uma resposta também a esta CPI sobre o resultado dessa sua consulta?

O SR. MIGUEL JORGE - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O senhor pode firmar esse compromisso?

O SR. MIGUEL JORGE - Era exatamente isso que eu ia pedir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O.k., agradeço a V.Sa.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Excelente posição, Sr. Presidente, até para que nós tenhamos aqui a conclusão, sendo que esses telegramas são documentos oficiais do Itamaraty. Então, ou a Embaixada do Brasil em Havana está mentindo, ou o nosso depoente não se recorda, obviamente, do inteiro teor das pautas que foram tratadas na assunção do seu período como Ministro.

Eu só gostaria de concluir, Sr. Miguel Jorge, a respeito da questão do *lobby*, que muito se comentou aqui, como se o *lobby* no Brasil fosse uma palavra legalizada. Mas essa palavra, como V.Sa. já mencionou, foi uma palavra deturpada pelas questões, principalmente, de benefícios individuais, os quais, na lei, se tratam



como corrupção. Segundo os arts. 317 e 333 do Código Penal, o *lobby*, ou o tráfico de influência, ou o que quer que seja que faça qualquer agente público que envolva, ali, benefícios pessoais, isso é, obviamente, crime.

Então, nós entendemos aqui na CPI que os contratos do BNDES são muito bem elaborados, por ser uma instituição financeira, porém esses contratos foram assumidos com empresas nacionais que se tornaram supercampeãs. Por qual razão? Por qual motivo? Por que foram escolhidas? Por que outras foram preteridas? Por que o JBS foi escolhido? Por que o Grupo Pão de Açúcar recebia financiamentos grandiosos em determinado período, enquanto outras redes eram preteridas? E nós temos vários outros exemplos, aqui dentro da CPI, cujo cunho principal é o tráfico de influência, o *lobby*, ou qualquer que seja a palavra pela qual se denomine a utilização do BNDES como marcha de manobra para que esses contratos fossem celebrados.

E há um trecho, o qual eu aqui busquei na Internet, quando V.Sa. foi procurado para esclarecer uma matéria publicada na revista *Época*. V.Sa. diz:

“Se o lobby é feito sem nenhum interesse de lucro pessoal, todo ex-presidente e ex-ministro deveria usar sua influência em favor das empresas de seu país. Lula, por exemplo, cobra cerca de US\$ 200.000 para dar uma palestra para cerca de 300 pessoas, sem promover um produto específico, enquanto o ex-presidente americano Bill Clinton cobra cerca de US\$ 300.000”.

Quando V.Sa. foi questionado pelo fato de Lula receber dinheiro da Odebrecht para conceder palestras, ou para voar em jatos particulares, porque ele não poderia ir como qualquer outro cidadão, ou até mesmo como Bill Clinton — eu já presenciei viagens de Bill Clinton em primeira classe, mas não foi necessário um avião ou um jato executivo, para que ele pudesse ter o seu conforto ainda melhorado —, mas, quando V.Sa. foi questionado sobre o fato de que Lula recebeu dinheiro da Odebrecht, sua maior cliente, para dar palestras em países onde a construtora possui obras financiadas pelo BNDES, V.Sa. respondeu: *“Aí, é uma avaliação que não é tão fácil de fazer”.*

Eu gostaria de perguntar novamente a V.Sa...



O SR. MIGUEL JORGE - Eu repito a mesma declaração.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ...por que essa avaliação não é fácil de fazer?

O SR. MIGUEL JORGE - Porque eu considero que não é fácil de fazer.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Por que V.Sa. acredita que um ex-Presidente que utiliza, obviamente, da sua imagem perante o Brasil, que vai dar uma palestra sobre o Bolsa Família, é patrocinado por uma empreiteira que possui obra no país, que é financiada por um banco como o BNDES, que é um banco que utiliza dinheiro público, de imposto pago pelo brasileiro, recebe por essa palestra, e, obviamente, qual interesse há da empreiteira em falar do Bolsa Família, e qual interesse há do ex-Presidente Lula receber essas vantagens pessoais, e, obviamente, ao final dessa viagem, mais financiamentos ou recursos saírem do BNDES? E por que é difícil para V.Sa. explicar que tipo de relação, ou uma simples coincidência, há nesse tipo de atitude?

O SR. MIGUEL JORGE - Porque eu considero difícil, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas por qual razão?

O SR. MIGUEL JORGE - Porque sim.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Com toda a experiência, como jornalista que V.Sa. já foi, como um executivo, um Ministro de Estado?

O SR. MIGUEL JORGE - Porque sim, talvez por causa da minha fraqueza mental, talvez por isso. Eu, realmente, mantenho a declaração que dei ao jornal, até porque eu nunca desmenti jornal na minha vida.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito.

Então agradeço, Sr. Presidente, e encerro aqui a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Baldy e consulto o Sr. Miguel Jorge se gostaria de tecer as suas considerações finais. Nós estamos chegando ao final desta oitiva de hoje.

O SR. MIGUEL JORGE - Bem, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, eu gostaria de agradecer pela oportunidade que me foi concedida de comparecer a esta CPI e dar os esclarecimentos dos quais eu tenho conhecimento. Espero que eu tenha sido satisfatório nas informações prestadas. Continuo à disposição da CPI, se for necessário esclarecimento adicional. Já assumi o



compromisso de, tão logo receba, se receber, as informações do Itamaraty, informar a esta Presidência, tanto num caso quanto no outro. Se receber, imediatamente repassarei a informação para V.Exa. Se não receber, informarei a V.Exa. que não consegui receber, porque eu não consigo qualquer tipo de influência no Itamaraty, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Por dever de justiça, esse gesto de gentileza e de respeito a esta CPI me deixa no dever, na obrigação, Deputado Baldy, de cumprimentar também a postura que ele adotou, porque o Sr. Miguel Jorge estava convocado para vir uma semana atrás, mas ele se encontrava na Alemanha. Ele foi extremamente gentil e respeitoso, mostrou e demonstrou que estava realmente em viagem, impossibilitado de comparecer a esta CPI na semana passada, e assim o fez hoje, na presença das Sras. e Srs. Parlamentares.

Então, dispense V.Sa. do compromisso firmado com esta CPI na tarde de hoje.

Agradeço a presença das Sras. e Srs. Parlamentares, dos assessores, dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima quinta-feira, dia 22 de outubro, às 9h30min, em plenário a ser definido, para a oitiva do Sr. Fabio Bicudo, integrante das empresas do Grupo X.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de cada um e de todos.